

Statkraft Energias Renováveis S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Statkraft Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Statkraft Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Statkraft Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Processos investigativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras, a qual descreve que: (i) em 2015, o Grupo Statkraft adquiriu o controle da Companhia e de suas controladas de outra empresa brasileira, que, por sua vez, foi citada em determinados processos investigativos conduzidos pelas autoridades federais, e, nesse contexto, como parte do processo de integração, iniciou uma investigação interna relacionada à Companhia, cujo resultado foi disponibilizado às autoridades responsáveis durante o exercício de 2016, e que não enseja, no momento, o reconhecimento de qualquer passivo em suas demonstrações financeiras; e (ii) a Companhia, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) *Combinação de negócios*

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, em dezembro de 2018, a Companhia concluiu a aquisição do controle das empresas Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas Ltda. ("Tamar") e Santa Fé Energia S.A. ("Santa Fé"). Ao adquirir um negócio, a Companhia deve mensurar o valor justo dos ativos adquiridos, incluindo os direitos de exploração dos contratos de concessão e autorização, e dos passivos assumidos, bem como o valor justo da contraprestação transferida. A Companhia deve também mensurar e reconhecer separadamente o ágio.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria, pois: (i) os valores envolvidos nas aquisições da Tamar e da Santa Fé foram materiais para a auditoria; (ii) a mensuração dos valores justos de ativos, passivos e direitos de exploração dos contratos de concessão e autorização envolve a aplicação de metodologias e premissas de avaliação relevantes que são complexas e requerem alto grau de julgamento por parte da Administração e de seus especialistas, tais como taxas de desconto e crescimento; (iii) alterações nas premissas adotadas poderiam ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado nas demonstrações financeiras da controladora; e (iv) houve forte interação com a Administração da Companhia na avaliação do tema.

Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relacionados à combinação de negócios; (ii) a avaliação dos contratos que formalizaram a combinação de negócios e a análise da documentação-suporte para a transação; e (iii) o envolvimento dos nossos especialistas em finanças corporativas para a avaliação das principais premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na mensuração e no adequado reconhecimento do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e do ágio. Conforme divulgado pela Companhia, em 31 de dezembro de 2018 as alocações dos preços de compra da Tamar e Santa Fé são preliminares e referem-se à melhor estimativa da Administração. A alocação final deverá ser concluída dentro do período de 12 meses contados da data de aquisição, quando finalizados os laudos e as aprovações dos órgãos de governança da Companhia.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de reconhecimento e alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e do ágio, consideramos o reconhecimento preliminar das combinações de negócios da Tamar e Santa fé aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e tomadas em conjunto. Avaliamos também a adequação das divulgações sobre combinações de negócios, as quais estão apresentadas na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras.

b) *Reconhecimento de receita*

O reconhecimento de receita foi considerado um principal assunto em nossa auditoria em virtude: (i) da relevância da receita líquida nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como dos processos que suportam seu reconhecimento; (ii) do risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu reconhecimento; (iii) do risco de que o cálculo da receita variável não esteja de acordo com as condições e os termos contratuais; e (iv) do risco presumido de reconhecimento de receita sem que haja um racional ou uma justificativa condizente com o curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da receita, as regras de comercialização de energia e as características do contrato de venda de energia, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) obtenção do entendimento dos principais sistemas utilizados no processo de reconhecimento da receita; (iv) seleção de transações de vendas ao longo do exercício com base em amostragem estatística e confronto com os respectivos contratos de venda de energia e demais documentos-suporte para verificar se representavam receitas válidas e condizentes com o curso normal dos negócios da Companhia; e (v) com base em uma amostra de contratos de venda, recálculo das receitas variáveis baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados ao reconhecimento da receita e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 2.19 e nº 23, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

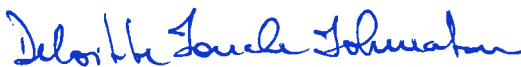
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 8 de março de 2019



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017			31.12.2018	31.12.2017		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	73.546	93.181	261.171	183.324	Fornecedores	17	4.931	3.281	130.672	107.864
Contas a receber	6	30.592	14.243	128.725	93.475	Financiamentos e debêntures	18	29.800	-	59.213	34.804
Dividendos a receber	10	33.257	57.852	1.350	5.495	Partes relacionadas	10	52.893	50.784	52.909	53.331
Tributos a recuperar		3.387	3.561	9.309	5.633	Concessões a pagar	19	-	-	10.421	8.655
Almoxarifado		-	-	-	2.316	Salários e encargos sociais		4.285	4.960	7.039	5.767
Repactuação do risco hidrológico	7	-	-	3.049	3.731	Tributos a recolher	20	2.440	1.280	7.840	9.090
Outros ativos		395	1.006	5.418	4.394	Imposto de renda e contribuição social	26	-	-	19.384	5.301
Total do ativo circulante		141.177	169.843	409.022	298.368	Dividendos a pagar	10	17.725	1.996	17.725	1.996
						Outros passivos	21	145	-	11.819	5.940
						Total do passivo circulante		112.219	62.301	317.022	232.748
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Aplicação financeira restrita	9	-	-	43.021	42.914	Financiamentos e debêntures	18	227.403	-	546.907	348.897
Contas a receber	6	-	-	33.064	27.756	Concessões a pagar	19	-	-	68.893	64.153
Partes relacionadas	10	2.533	30.994	2.352	6.445	Tributos a recolher	20	-	-	1.207	1.013
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	-	13.726	12.776	Imposto de renda e contribuição social	25	-	-	1.018	855
Repactuação do risco hidrológico	7	-	-	5.302	1.972	Provisão para remoção de imobilizado	14.a)	-	-	10.143	9.758
Outros ativos		840	269	2.534	651	Provisão para perda em investimentos	8	-	903	-	903
Propriedades para investimento	16	15.497	16.177	15.497	16.177	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	29	14.294	14.715	20.814	23.307
Operações descontinuadas	8	1.896	-	1.896	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	42.773	-	42.773	-
Investimentos ao valor justo	11	48.686	63.416	48.686	63.416	Outros passivos	21	-	-	9.642	9.193
						Total do passivo não circulante		284.470	15.618	701.397	458.079
Investimentos	12	1.407.866	569.196	26.451	20.606	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	14	3.359	3.219	1.468.449	926.704	Capital social	22	1.131.910	711.365	1.131.910	711.365
Intangível	15	640	4.195	174.231	52.439	Reservas de Lucros	22	57.327	21.736	57.327	21.736
Total do ativo não circulante		1.481.317	687.466	1.835.209	1.171.856	Ajuste de avaliação patrimonial	22	36.568	46.289	36.568	46.289
								1.225.805	779.390	1.225.805	779.390
						Participação de não controladores		-	-	7	7
						Total do patrimônio líquido		1.225.805	779.390	1.225.812	779.397
TOTAL DO ATIVO		1.622.494	857.309	2.244.231	1.470.224	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.622.494	857.309	2.244.231	1.470.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
RECEITA					
Receita líquida do fornecimento de energia elétrica	23	-	-	313.516	307.301
Receita líquida da prestação de serviços	23	9.008	11.010	1.030	3.507
Receita líquida		9.008	11.010	314.546	310.808
Custo do fornecimento de energia elétrica					
Custo dos serviços prestados	24.a)	(3.765)	(5.948)	(4.309)	(13.414)
LUCRO BRUTO		5.243	5.062	172.891	127.738
Despesas financeiras					
Gerais e administrativas	24.b)	(35.466)	(28.968)	(62.707)	(46.403)
Outras (despesas) receitas	24.c)	(564)	(42.928)	1.971	(56.139)
Equivalência patrimonial	12	100.739	51.425	5.682	(2.590)
Dividendos auferidos	11	4.932	14.305	4.932	14.305
		69.641	(6.166)	(50.122)	(90.827)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO					
		74.884	(1.104)	122.769	36.911
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	25	(4.853)	(15.289)	(47.275)	(58.050)
Receitas financeiras	25	9.409	7.448	21.069	23.278
Total do resultado financeiro		4.556	(7.841)	(26.206)	(34.772)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS					
		79.440	(8.945)	96.563	2.139
Imposto de renda e contribuição social					
	26	(5.008)	20.373	(22.131)	9.289
LUCRO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
		74.432	11.428	74.432	11.428
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Resultado proveniente de operações descontinuadas	8	200	(3.027)	200	(3.027)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
		74.632	8.401	74.632	8.401
TRIBUTÁVEL A					
Acionistas da controladora				74.632	8.401
Participação de não controladores				-	-
				74.632	8.401
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$					
De operações continuadas		0,50689	0,07972		
De operações descontinuadas		0,00136	(0,02112)		
	31	0,50825	0,05861		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	74.632	8.401	74.632	8.401
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:				
Variação de investimentos ao valor justo	(9.721)	5.138	(9.721)	5.138
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>64.911</u>	<u>13.539</u>	<u>64.911</u>	<u>13.539</u>
ATRIBUÍVEL A				
Acionistas da controladora			64.911	13.539
Participação de não controladores			-	-
			<u>64.911</u>	<u>13.539</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expresso em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total Controladora	Participação de não controladores	Total Consolidado
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros					
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017		880.312	-	-	45.301	(153.616)	771.997	7	772.004
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.401	8.401	-	8.401
Redução de capital		(168.947)	-	-	-	168.947	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	988	-	988	-	988
Constituição de reserva legal		-	420	-	-	(420)	-	-	-
Constituição de reserva de lucro		-	-	21.316	-	(21.316)	-	-	-
Destinação de dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(1.996)	(1.996)	-	(1.996)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		711.365	420	21.316	46.289	-	779.390	7	779.397
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	74.632	74.632	-	74.632
Aumento de capital	22	420.545	-	-	-	-	420.545	-	420.545
Ajuste de avaliação patrimonial	11	-	-	-	(9.721)	-	(9.721)	-	(9.721)
Constituição de reserva legal		-	3.732	-	-	(3.732)	-	-	-
Destinação de dividendos adicionais	22	-	-	(21.316)	-	-	(21.316)	-	(21.316)
Destinação de dividendos obrigatórios	22	-	-	-	-	(17.725)	(17.725)	-	(17.725)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	53.175	-	(53.175)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>1.131.910</u>	<u>4.152</u>	<u>53.175</u>	<u>36.568</u>	<u>-</u>	<u>1.225.805</u>	<u>7</u>	<u>1.225.812</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		79.440	(8.495)	96.563	2.139
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos tributos:					
Rendimento sobre aplicação financeira restrita	9	-	(2.590)	(2.374)	(6.425)
Equivalência patrimonial	12	(100.739)	(51.425)	(5.682)	2.590
Valor residual de propriedades para investimentos baixados	16	680	-	680	-
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	14 e 15	4.310	126	4.893	5.647
Depreciação e amortização	14 e 15	517	635	66.173	60.262
Encargos financeiros capitalizados nas controladas		-	262	-	262
Encargos financeiros de debêntures, financiamentos e empréstimos	18	450	-	24.937	36.578
Atualização monetária da provisão para remoção de imobilizado	14	-	-	385	-
Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	29	(421)	1.566	(2.493)	6.672
Provisão para perda ao valor recuperável		-	2.211	-	12.754
Dividendos de investidas ao valor justo	11	(4.932)	(14.305)	(4.932)	(14.305)
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber		(16.349)	(11.415)	(19.033)	(33.425)
Tributos a recuperar		174	(1.306)	(3.676)	(1.501)
Outras movimentações em ativos		40	5.001	(857)	9.276
Fornecedores		1.650	(852)	18.188	56.930
Salários e encargos sociais		(675)	1.042	1.272	3.164
Tributos a recolher		1.160	699	(1.056)	(12.095)
Outras movimentações em passivos		147	-	9.917	(14.642)
Juros pagos sobre financiamentos	18	(3.247)	-	(32.731)	(34.527)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(13.705)	(13.521)
Dividendos recebidos		85.130	87.381	8.914	16.137
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais continuadas		47.335	8.535	145.383	81.970
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Resgates de aplicação financeira restrita	9	-	48.367	2.267	54.634
Aquisição das controladas Tamar PCH e Santa Fé Energia, líquido do caixa obtido na aquisição	13	(600.761)	-	(533.850)	-
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	14 e 15	(1.412)	(1.571)	(8.657)	(24.805)
Partes relacionadas	10	26.212	8.531	(687)	5.438
Redução de capital em investida ao valor justo		-	17.544	-	17.544
Aumento de capital em investidas	12	(152.600)	(6.000)	(2.600)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(728.561)	66.871	(543.527)	52.811
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimento pela emissão de novas ações	18	420.545	-	420.545	-
Recebimento de debêntures	18	230.000	-	230.000	-
Recebimento de empréstimos de curto prazo	18	30.000	-	30.000	-
Pagamentos de financiamentos e debêntures - principal	18	-	-	(185.600)	(92.218)
Dividendos pagos		(18.954)	-	(18.954)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento e debêntures		661.591	-	475.991	(92.218)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(19.635)	75.406	77.847	42.563
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	93.181	17.775	183.324	140.761
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	73.546	93.181	261.171	183.324
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(19.635)	75.406	77.847	42.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
RECEITAS	23	9.008	11.010	314.546	310.808
Venda de energia elétrica		-	-	313.516	307.301
Venda de serviços		9.008	11.010	1.030	3.507
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(23.095)	(61.328)	(110.054)	(196.892)
Custo da geração de energia	24.a)	-	-	(69.302)	(102.072)
Custo dos serviços prestados	24.a)	-	-	(4.309)	(13.414)
Despesas gerais e administrativas	24.b)	(20.567)	(18.400)	(38.414)	(25.267)
Outros resultados operacionais	24.c)	(2.528)	(42.928)	1.971	(56.139)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(14.087)	(50.318)	204.492	113.916
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	14 e 15	(517)	(627)	(64.760)	(59.578)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		(14.604)	(50.945)	139.732	54.338
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		115.280	70.151	31.883	31.966
Resultado de equivalência patrimonial	12	100.739	51.425	5.682	(2.590)
Receitas financeiras	24	9.409	7.448	21.069	23.278
Resultado das operações descontinuadas	8	200	(3.027)	200	(3.027)
Dividendos auferidos	11	4.932	14.305	4.932	14.305
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		100.676	19.206	171.615	86.304
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:		12.878	15.889	22.648	29.172
Remuneração direta	24.b)	9.811	12.858	16.988	25.481
Benefícios	24.b)	2.490	2.488	4.607	2.896
FGTS	24.b)	577	543	1.053	795
Impostos, taxas e contribuições:		7.810	(20.373)	25.560	(6.481)
Federais	26	7.810	(20.373)	25.560	(6.481)
Remuneração de capitais de terceiros:		5.356	15.289	48.775	58.020
Juros	25	2.107	11.168	29.836	47.746
Aluguéis	24.b)	503	959	1.500	1.534
Despesa financeira uso do bem público	25	-	-	13.601	5.986
Outras despesas financeiras	25	2.746	3.162	3.838	2.754
Remuneração de capitais próprios:		74.632	8.401	74.632	8.401
Reserva de lucros		56.907	6.405	56.907	6.405
Dividendos destinados		17.725	1.996	17.725	1.996
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		100.676	19.206	171.615	89.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Statkraft Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou "SKER"), com sede social em Florianópolis, Santa Catarina, tem por atividade principal a participação no capital social de empresas nas áreas de geração de energia elétrica, além da prestação de serviço de operação e manutenção.

A Companhia possui participação societária nas seguintes companhias operacionais, e também na Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enex"), que foi descontinuada em 2016. Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu 100% de participação das empresas Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (anteriormente denominada EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A.) e Santa Fé Energia S.A, ampliando a representatividade do Grupo Statkraft no setor de energia do Brasil. Vide maiores informações na nota explicativa nº 13.

Companhia	Tipo	Participação Societária	
		2018	2017
Eólicas:			
Energen Energias Renováveis S.A. ("Energen")	(a) Controlada direta	99,99%	99,99%
Macaúbas Energética S.A. ("Macaúbas")	(a) Controlada direta	100,00%	100,00%
Novo Horizonte Energética S.A. ("Novo Horizonte")	(a) Controlada direta	100,00%	100,00%
Seabra Energética S.A. ("Seabra")	(a) Controlada direta	100,00%	100,00%
Pequenas Centrais Hidrelétricas:			
Esmeralda S.A. ("Esmeralda")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Laura S.A. ("Santa Laura")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Rosa S.A. ("Santa Rosa")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%
Moinho S.A. ("Moinho")	(c) Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Fé Energia S.A. ("Santa Fé")	(c) Controlada direta	100,00%	0,00%
Passos Maia Energética S.A. ("Passos Maia")	(c) Controlada em conjunto	50,00%	50,00%
Usinas Hidrelétricas:			
Monel Monjolinho Energética S.A. ("Monel")	(d) Controlada direta	100,00%	100,00%
Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. ("Tamar")	(e) Controlada direta	100,00%	0,00%
Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. ("Cubatão")	(f) Outras participações	20,00%	20,00%
Ceran - Companhia Energética Rio das Antas ("Ceran")	(f) Outras participações	5,00%	5,00%
Dona Francisca Energética S.A. ("Dfesa")	(f) Outras participações	2,12%	2,12%
Serviços de Operação e Manutenção (O&M):			
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enex")	(g) Operação descontinuada	100,00%	100,00%

- (a) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parques eólicos específicos, localizado no Estados da Bahia e do Sergipe. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2009 ("LER 2/2009").
- (b) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente. Em regime de autorização, estes complexos têm toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

- (c) Referem-se a controladas diretas e controlada em conjunto da Companhia, respectivamente, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina, respectivamente, atuando sobre o regime de autorização.
- (d) Refere-se a controlada direta da Companhia, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica em Usina Hidrelétrica ("UHE") localizada no Estado de Santa Catarina. Em regime de autorização, este complexo possui a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 ("LEN 2011 (A-3)").
- (e) Refere-se à controlada direta da Companhia, sociedade por ações de capital fechado, com objeto social de geração, transmissão e comercialização de energia; desenvolvimento e implementação de projetos; gerenciamento de ativos e consultoria na área de energia. As atividades de geração e comercialização se dividem em 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") e 1 Usinas Hidrelétrica ("UHE") localizadas no Estado do Espírito Santo. Neste contexto, temos 3 ativos atuando sobre o regime de autorização e os 5 demais sobre o regime de concessão. Apesar de parte do objeto social, a esta companhia não atuou em 2018 com atividades de transmissão de energia elétrica.
- (f) Referem-se a investimentos sem influência significativa, os quais são registrados a valor justo.
- (g) Refere-se a investimento descontinuado em 20 de dezembro de 2016, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços a terceiros em contratos de Operação e Manutenção (nota explicativa nº 8).

A seguir encontram-se detalhes sobre as geradoras controladas e controlada em conjunto do Grupo (*):

Usina	Contrato	Portaria MME/Resolução ANEEL	Prazo de autorização	Capacidade de produção instalada	Garantia física
				MW	MW médio
Eólicas ("EOL"):					
EOL Barra dos Coqueiros (Energen)	LER 2/2009	Portaria MME nº 617/2010	35 anos	34,5	10,5
EOL Macaúbas	LER 2/2009	Portaria MME nº 580/2010	35 anos	35,07	13,4
EOL Novo Horizonte	LER 2/2009	Portaria MME nº 673/2010	35 anos	30,06	10,97
EOL Seabra	LER 2/2009	Portaria MME nº 671/2010	35 anos	30,06	11,33
Hídricas:					
PCH Esmeralda	PROINFA	Res. ANEEL nº 605/2001	30 anos	22,2	12,32
PCH Santa Laura	PROINFA	Res. ANEEL nº 379/2000	30 anos	15	7,99
PCH Santa Rosa	PROINFA	Res. ANEEL nº 197/2001	30 anos	30	17,07
PCH Moínho	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 1.451/2008	30 anos	13,7	6,98
PCH Victor Batista Adami (Passos Maia)	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 68/2004	30 anos	25	13,7
UHE Monel Monjolinho	LEN 4/2006	Contrato de Concessão nº 18/2002	30 anos	74	41,7
UHE Suiça (Tamar)	EDP Com.	Contrato de Concessão nº 1/2014	30 anos	33,9	18,91
PCH Viçosa (Tamar)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 111/1999	30 anos	4,5	2,52
PCH São João (Tamar)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 110/1999	26 anos	25	12,95
PCH Alegre (Tamar)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	2,06	1,16
PCH Fruteiras (Tamar)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	8,74	5,56
PCH Jucu (Tamar)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	4,84	2,62
PCH Rio Bonito (Tamar)	CBR - ESCELSA/ CCEAR (1)	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	22,5	9,4
PCH Francisco Gros (Santa Fé)	CCEAR	Res. ANEEL nº 482/2001	30 anos	29	15,58

- (1) A PCH Rio Bonito possui contrato bilateral regulado ("CBR") firmado com a contraparte Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. ("ESCELSA") e também transações formalizadas por Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR") firmado com diversas distribuidoras.

1.1. Liminar GSF ("Generation Scalling Fator")

A deficiência da geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos pela redução do GSF. Esse fato fez com que geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE entrassem com liminares para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta destas liminares, os saldos de mercado de curto prazo referentes aos períodos entre julho de 2015 e fevereiro de 2018 das controladas UHE Monel e PCH Moinho encontravam-se protegidos do efeito controverso do MRE. Em 23 de outubro de 2018, ocorreu a cassação da liminar do GSF da APINE o qual derrubou a referida proteção e resultou em liquidação dos saldos anteriormente assegurados a partir de da competência fevereiro 2018. Os saldos referentes a este período foram liquidados pela CCEE em 11 de dezembro de 2018.

Já a liminar que protegia a controlada em conjunto PCH Passos Maia caiu em 15 de dezembro de 2017, com conseqüente liquidação em 09 de janeiro de 2018 da totalidade dos saldos anteriormente protegidos pela liminar.

Estas demonstrações foram aprovadas pela Administração em 8 de março de 2019.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As premissas para estas estimativas estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Consolidação

As seguintes definições ligadas às políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("impairment") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

O procedimento de consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis adotadas para controladora e suas subsidiárias são consistentes.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por "impairment" acumulada.

(d) Principais eliminações para consolidação

Os principais saldos eliminados na consolidação são as receitas e custos de O&M (operação e manutenção) prestados pela controladora às suas controladas, saldos de contas a receber e pagar entre as empresas consolidadas, saldos de mútuos, saldos de investimentos contabilização por meio de equivalência patrimonial na controladora, e os patrimônios líquidos das controladas.

(e) Combinação de negócios

É o método contábil aplicado quando há ocorrência de aquisição de um negócio, conforme definição do CPC 15 Combinação de Negócios. Em uma combinação de negócios é requerido que os ativos identificáveis e passivos assumidos sejam mensurados ao seu valor justo à data da aquisição de controle, e que o preço de compra seja alocado conforme esta mensuração. Os valores justos de ativos excedentes aos valores de livro são classificados como "mais valia" no grupo de investimentos para fins da controladora, enquanto o valor não alocado pela mensuração dos ativos e passivos ao valor justo é classificado como "ágio".

2.3. Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Apresentações de informações por segmentos

O grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração de energia elétrica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita do Grupo nos anos de 2018 e 2017.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A administração classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, com a finalidade de receber fluxos de caixa contratuais e que deem origem em datas especificadas a pagamentos de principal e juros.

(b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, com a finalidade tanto de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e também ativos que deem origem em datas especificadas a pagamentos de principal e juros.

(c) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio.

As variações decorrentes dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente são apresentadas na demonstração de resultado abrangente do período em que ocorrem.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados entre si e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos sempre que há uma intenção da companhia em liquidá-los numa base líquida, ou realizar ainda o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. "Impairment" de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por "impairment" é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por "impairment" é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o "impairment" com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em caso de evidência objetiva de "impairment", o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por "impairment" ter sido reconhecida no resultado, a perda por "impairment" é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por "impairment" reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

2.7. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de: (i) venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento; (iii) serviços prestados de operação e manutenção operacional (O&M). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), se aplicável.

2.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, imposto de renda e contribuição social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados "pro rata temporis" ao longo do prazo de cobertura.

2.9. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação calculada pelo método linear, considerando a vida útil técnica dos ativos imobilizados mencionadas na nota 14, limitadas ao prazo de concessão ou da autorização das usinas, quando aplicável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

2.10. Intangível

(a) Ágio

O ágio ("goodwill") é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas ("impairment"). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por "impairment". Perdas por "impairment" reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) para fins de teste de “impairment”. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(b) Uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

2.11. Propriedades para investimento

O saldo apresentado no grupo de “propriedade para investimento” representa o valor justo dos investimentos realizados em terras pela Companhia. Anualmente, a companhia efetua a avaliação destes valores justos, que são ajustados contra o resultado caso diferenças sejam identificadas em relação à avaliação do ano anterior.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Financiamentos e debêntures

Os financiamentos e debêntures tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos e debêntures tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”).

Os financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14. Concessões a pagar

É registrado inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

2.15. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada ("constructive obligation") como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

2.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

2.16.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social, via de regra são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

(b) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

Os regimes aplicados a cada empresa do grupo podem ser verificados conforme detalhamento abaixo:

<u>Lucro presumido</u>	<u>Lucro real</u>
Energen Energias Renováveis S.A. Macaúbas Energética S.A. Novo Horizonte Energética S.A. Seabra Energética S.A. Esmeralda S.A. Santa Laura S.A. Santa Rosa S.A. Moinho S.A. Passos Maia Energética S.A. Santa Fé Energia S.A.	Monel Monjolinho Energética S.A. Statkraft Energias Renováveis S.A. Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A.

2.16.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.17. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.18. Capital social

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.19. Reconhecimento da receita

(a) Venda de energia elétrica

Estas receitas são reconhecidas quando o controle do bem é transferido para o comprador, que para este caso se refere a disponibilização da energia elétrica gerada no Sistema Integrado Nacional - SIN. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do GSF ("Generation Scalling Factor"), que reduz a garantia física das usinas, e por consequência suas receitas.

(b) Venda da prestação de serviços de Operação e Manutenção - O&M

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços de O&M verificando se os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, a depender da natureza de cada serviço prestado.

2.20. Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros e bônus

O grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria, que leva em conta o resultado obtido no período.

O pagamento de participação nos lucros e bônus constitui a remuneração variável e são embasados no alcance das metas individuais e objetivos empresariais.

2.21. Adoção de pronunciamentos contábeis orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes - implementação do CPC 47 - a partir de 1º de janeiro de 2018 passou a vigorar esta norma, ficando revogada a norma anterior CPC 30 (R1) - Receitas a partir da mesma data. O Grupo fez avaliação do impacto desta norma sobre seus contratos com clientes, e concluiu que não há mudanças no reconhecimento e mensuração das receitas quando comparadas as duas normas. Com relação à divulgação existem alterações com relação a desagregação, saldo, obrigação de desempenho, e preço de transação alocado das receitas de contratos de clientes que constam apresentados na nota explicativa nº 23.
- CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros - também em 1º de janeiro de 2018 passou a vigorar a nova norma que versa sobre reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros. A companhia fez análise dos impactos desta norma quando comparada ao CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e identificou que as práticas utilizadas até o fim da vigência da mesma permaneceram após a vigência do CPC 48 sem quaisquer alterações. O Grupo também efetuou análise dos impactos da implementação da nova norma e não foi identificada nenhuma alteração na mensuração e no reconhecimento dos instrumentos financeiros que ela possui.

O CPC 48 também trouxe a opção de reavaliação do reconhecimento dos instrumentos patrimoniais ao valor justo entre a demonstração do resultado e demonstração de resultados abrangentes. Para estes instrumentos, o Grupo optou em manter a abordagem de reconhecimento adotada até 2017, ou seja, as variações na mensuração do valor justo dos instrumentos patrimoniais tratados como instrumentos financeiros se mantêm reconhecido nas demonstrações de outros resultados abrangentes.

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil - A seguinte norma foi emitida pelo IASB/CPC mas não está em vigor para o exercício de 2018. Considerando as premissas de sua revisão, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Companhia concluiu a avaliação inicial do impacto em suas demonstrações financeiras e, considerando a abordagem consolidada, os contratos que se enquadram no escopo da revisão desta norma compreendem contratos de locação de veículos, arrendamentos de terras e locação de salas comerciais, destinados a viabilizar as atividades das plantas e demais atividades administrativas. Tais contratos têm prazos de duração entre 2 e 5 anos, exceto para os arrendamentos de terras onde o prazo se estende para mais de 5 anos, contêm cláusulas de revisão anual do valor de mercado do aluguel e a companhia não tem a opção de adquirir os ativos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

A Companhia estima um impacto financeiro consolidado de R\$8.988 em valores nominais relativos aos pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis. A natureza das despesas geradas por esses contratos serão substituídas por um custo de depreciação linear e juros sobre obrigações de arrendamento estimados no decorrer do período de contrato num montante de R\$2.126 e R\$963, respectivamente. Foram mensurados ativos de direito de uso e correspondente passivos de arrendamentos no valor de R\$4.363 conforme categorias abaixo:

<u>Ativo</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Salas comerciais	968	968
Veículos	-	1.049
Terras	129	2.346
	<u>1.097</u>	<u>4.363</u>

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das informações trimestrais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

Com base em estudos técnicos, o Grupo reconhece a despesa de depreciação com base na vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados. Anualmente o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil. Até a data da emissão destas demonstrações o Grupo não identificou evidências de mudanças da vida útil dos ativos imobilizados à última avaliação técnica efetuada em setembro de 2017.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. O Grupo realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado", "Intangível" e "Propriedades para investimento". O Grupo não encontrou indicativos de perda de recuperabilidade nos ativos para o exercício de 2018.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

e) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos com base na expectativa de lucro futuro das companhias que tais prejuízos. As expectativas são realizadas pela administração, e os tributos diferidos desta natureza recuperáveis em até 10 anos são reconhecidos.

g) Alocação de preço de compra advindo de combinações de negócios

Em uma transação de combinação de negócios é requerido que os ativos e passivos dos negócios adquiridos sejam registrados pelo seu valor justo. Para alguns ativos e passivos é necessário fazer o uso de técnicas de mensuração que envolvem o uso de julgamento e estimativas. As técnicas utilizadas e ajustes a a valor justo são apresentados em nota explicativa específica quando uma combinação de negócios é realizada.

4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

Os índices de alavancagem podem ser verificados conforme seguem:

	Controladora	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Total dos financiamentos	257.203	-
(-) caixa e equivalentes de caixa	(73.546)	(93.181)
Dívida líquida	<u>183.657</u>	<u>(93.181)</u>
Total do patrimônio líquido	1.225.805	779.390
Total do capital	<u>1.409.462</u>	<u>686.209</u>
Índice de alavancagem financeira - %	13,03	(13,58)

	Consolidado	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Total dos financiamentos	606.120	383.701
(-)caixa e equivalentes de caixa	261.171	183.324
(-)aplicação financeira restrita	43.021	42.914
Dívida líquida	<u>301.928</u>	<u>157.463</u>
Total do patrimônio líquido	1.225.812	779.397
Total do capital	<u>1.527.740</u>	<u>936.860</u>
Índice de alavancagem financeira - %	19,76	16,81

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Contas bancárias em moeda funcional	31	21	63.426	4.167
Aplicações financeiras com liquidez imediata	73.515	93.160	197.745	179.157
	<u>73.546</u>	<u>93.181</u>	<u>261.171</u>	<u>183.324</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e Operações Compromissadas, com rentabilidade referenciada no CDI em condições competitivas de mercado, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições.

6. CONTAS A RECEBER

		Controladora		Consolidado	
		30.12.2018	31.12.2017	30.12.2018	31.12.2017
Fornecimento de energia elétrica	(i)	-	-	50.762	30.865
Saldo de mercado de curto prazo	(ii)	-	-	62.545	46.479
Geração excedente aos contratos CER	(iii)	-	-	43.112	40.835
Contas a receber partes relacionadas (iv)	(iv)	30.292	14.243	5.070	3.052
Outras contas a receber	(v)	300	-	300	-
Total		30.592	14.243	161.789	121.231
Apresentados como:					
Ativo Circulante		30.592	14.243	128.725	93.475
Ativo não circulante		-	-	33.064	27.756

- (i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA, da CCEE e outros terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.
- (ii) Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no mercado de curto prazo;
- (iii) Saldo mantido no ativo não circulante do excedente de geração de energia entre 100% e 130% ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem os parques eólicos do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa e atualizados pelo índice IPCA. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses.
- (iv) Saldos de contas a receber com partes relacionadas, serviço de administração do proprietário e serviços de O&M (operação e manutenção) das controladas e controlada em conjunto.
- (v) Outros saldos de contas a receber oriundos da venda de propriedade para investimentos.

7. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO (CONSOLIDADO)

Por conta do período de hidrologia adverso de 2015, em 11 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Em 17 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pela adesão à proposta para as PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa II, todas contratadas no âmbito do PROINFA. A classe de produto optado foi o SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

As empresas Tamar PCH e Santa Fé também aderiram às condições de repactuação do risco hidrológico protegendo-se de 94% e 92% respectivamente da exposição ao risco do GSF.

	31.12.2018	31.12.2017
Circulante	3.049	3.731
Não circulante	5.302	1.972
	8.351	5.703

8. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

O Grupo Statkraft não possui como "core business" a prestação de serviços a terceiros, sendo o foco deste apenas geração de energia elétrica através de fontes renováveis. Neste sentido, a Companhia entendeu por bem realizar a cessão dos contratos de Operação e Manutenção da subsidiária Enex a terceiros (sob anuência de seus clientes), a fim de que as atividades de operação e manutenção passassem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após processo seletivo, foi firmado em 20 de dezembro de 2016 contrato com empresa do setor, contemplando a: (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Sociedade para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para a prestação de serviços à terceiros, passando a Enex a não mais deter qualquer relação comercial com terceiros.

As análises do resultado de operações descontinuadas, representadas unicamente pelos resultados da subsidiária Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., são apresentadas a seguir:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Receita líquida	-	1.099
Custo do serviço prestados	-	(894)
Despesas gerais e administrativas	(1.053)	(1.921)
Outros resultados	1.211	490
Resultado financeiro	42	276
Imposto de renda e contribuição social	-	(2.077)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>200</u>	<u>(3.027)</u>

O saldo de valor justo destas operações está apresentado no balanço patrimonial na rubrica "Operações descontinuadas" no valor de R\$1.896 (em 31 de dezembro de 2017, R\$903 negativo, apresentado na rubrica "Provisão para perda em investimento").

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS (CONSOLIDADO)

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda, Moinho e da UHE Monel, bem como com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para o custeio das obras das Usinas Eólicas Novo Horizonte, Seabra e Macaúbas, tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais despesas acessórias, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (nota explicativa nº 18).

As aplicações financeiras restritas estão basicamente com os seguintes bancos: Banco Itaú S.A., Bradesco S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., com rentabilidade referenciada no CDI.

As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

	Consolidado	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
No início do exercício	42.914	91.123
Aplicações	-	1.659
Rendimentos líquidos de impostos	2.374	6.425
Resgates	(2.267)	(56.293)
No final do período/exercício	<u>43.021</u>	<u>42.914</u>

10. PARTES RELACIONADAS

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são demonstrados ao final dos exercícios conforme abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Ativo circulante					
Contas a receber:					
Energen S.A.	(i)	2.398	1.434	-	-
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	(i)	300	125	300	125
Esmeralda S.A.	(i)	2.846	1.139	-	-
Macaúbas Energética S.A.	(i)	2.382	844	-	-
Moinho S.A.	(i)	3.558	2.010	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.	(i)	4.134	1.711	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	(i)	1.901	650	-	-
Passos Maia Energética S.A.	(i)	2.929	1.166	2.929	1.166
Santa Laura S.A.	(i)	2.445	1.174	-	-
Santa Rosa S.A.	(i)	3.499	1.514	-	-
Seabra Energética S.A.	(i)	2.061	715	-	-
Statkraft Investimentos Ltda.	(ii)	278	11	278	11
Statkraft Chile Ltda.	(ii)	-	821	-	821
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(ii)	1.224	885	1.224	885
Statkraft Peru	(ii)	-	44	-	44
Statkraft AS	(ii)	238	-	240	-
NSL Tidong Power Generation	(ii)	99	-	99	-
		<u>30.292</u>	<u>14.243</u>	<u>5.070</u>	<u>3.052</u>
Dividendos a receber:					
Esmeralda S.A.		5.400	19.477	-	-
Macaúbas Energética S.A.		1.246	3.738	-	-
Moinho S.A.		46	7.876	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.		615	1.836	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.		1.919	2.814	-	-
Passos Maia Energética S.A.		1.350	5.495	1.350	5.495
Seabra Energética S.A.		1.865	2.718	-	-
Santa Laura S.A.		2.834	10.500	-	-
Santa Rosa S.A.		6.010	3.398	-	-
Santa Fé Energia S.A.		4.876	-	-	-
Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A.		7.096	-	-	-
		<u>33.257</u>	<u>57.852</u>	<u>1.350</u>	<u>5.495</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Ativo não circulante				
Mútuos				
Energen Energias Renováveis S.A	(iii) 180	180	-	-
Macaúbas Energética S.A.	(iii) -	10.019	-	-
Santa Rosa S.A.	(iii) -	14.350	-	-
FUNCEF	(iv) 2.352	6.445	2.352	6.445
Água Quente Ltda.	(iv) 3.956	3.145	3.955	3.145
Bom Retiro S.A.	(iv) 2.175	1.967	2.175	1.967
Provisão para perdas estimadas com créditos	(v) (6.130)	(5.112)	(6.130)	(5.112)
	<u>2.533</u>	<u>30.994</u>	<u>2.352</u>	<u>6.445</u>
Total do ativo	<u>66.082</u>	<u>103.089</u>	<u>8.772</u>	<u>14.992</u>
Passivo circulante:				
Partes relacionadas				
Statkraft AS	(vi) 970	272	970	2.819
Statkraft investimentos Ltda.	(vii) 51.923	50.512	51.939	50.512
	<u>52.893</u>	<u>50.784</u>	<u>52.909</u>	<u>53.331</u>
Dividendos a pagar:				
Statkraft investimentos Ltda.	14.412	1.623	14.412	1.623
FUNCEF	<u>3.313</u>	<u>373</u>	<u>3.313</u>	<u>373</u>
Total dividendos a pagar	<u>17.725</u>	<u>1.996</u>	<u>17.725</u>	<u>1.996</u>
Total do passivo	<u>70.618</u>	<u>52.780</u>	<u>70.634</u>	<u>55.327</u>

- (i) Saldos a receber pela prestação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção) entre controladora e suas investidas no Brasil.
- (ii) Saldos a receber de partes relacionadas no Brasil e no exterior.
- (iii) Saldo a receber de venda de créditos tributários pela controladora às suas subsidiárias conforme previsão do Programa de Regularização Tributária.
- (iv) Saldo de mútuo entre a controladora e controlada liquidado durante o segundo trimestre de 2018.
- (v) Saldo de mútuos mantidos com outras partes relacionadas. Houve liquidação parcial do saldo de mútuos com a acionista FUNCEF no valor de R\$4.358 com dividendos (nota explicativa nº 22.b) e nota explicativa nº 32).
- (vi) Provisão para perda ao valor recuperável de saldos de mútuos com outras partes relacionadas.
- (vii) Saldos a pagar referente serviço tomado de outras partes relacionadas.
- (viii) Saldo de mútuo devido pela Companhia a acionista Statkraft Investimentos Ltda., conforme aprovado em reunião prévia de acionistas na data 2 de agosto de 2017 e saldo a pagar de garantias financeiras tomadas.

11. INVESTIMENTOS AO VALOR JUSTO

Os respectivos investimentos abaixo estão relacionados a entidades sobre as quais a Companhia não possui influência significativa nos seus respectivos negócios e são reconhecidos a valor justo:

Outras participações	Participação - %	31.12.2018	31.12.2017
Companhia Energética Rio das Antas - CERAN	5,00	40.824	55.080
Dona Francisca Energética S.A. - DFESA	2,12	7.862	8.336
		48.686	63.416

A Companhia também possui 20% de participação na Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. que também é mensurada ao valor justo. Este investimento encontra-se atualmente em fase pré-operacional, sem previsão para início das operações. Os valores justos mensurados para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e o exercício de 31 de dezembro de 2017 são zero.

Nos anos de 2018 e 2017, foram recebidos dividendos dos investimentos acima nos montantes de R\$4.932 e R\$14.305 respectivamente e reconhecidos no resultado de cada exercício.

A movimentação dos investimentos controlados ao valor justo é assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado
Em 1º de janeiro de 2017	79.462
Ajuste de avaliação patrimonial (*)	(16.046)
Em 31 de dezembro de 2017	63.416
Ajuste de avaliação patrimonial (*)	(14.730)
Em 31 de dezembro de 2018	48.686

(*) A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial apresentada nesta nota explicativa está bruta dos tributos diferidos, sendo o montante líquido, em 31 de dezembro de 2018, R\$9.721 negativo (em 31 de dezembro de 2017, R\$988 positivo).

12. INVESTIMENTOS

A composição e movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto são assim demonstradas:

	31.12.2017	Resultado de equivalência patrimonial			Dividendos destinados	Reversão dividendos adicionais 2017	Aquisição de controladas (ii)	Outras movimentações em investimentos (iii)	31.12.2018
		Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados (i)	Realização de lucros não realizados (i)					
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	20.606	5.683	-	-	(1.349)	1.511	-	-	26.451
Total consolidado	20.606	5.683	-	-	(1.349)	1.511	-	-	26.451
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	20.606	5.683	-	-	(1.349)	1.511	-	3.541	29.992
Energen Energias Renováveis S.A.	97.782	6.523	(57)	-	-	-	-	-	104.248
Esmeralda S.A.	28.645	22.737	-	12	(5.400)	1.726	-	-	47.720
Macaúbas Energética S.A.	54.391	5.245	(60)	-	(3.301)	1.003	-	-	57.278
Moinho S.A.	34.783	4.785	(27)	68	(46)	6.377	-	-	45.940
Monel Monjolinho Energética S.A.	117.937	2.589	-	92	(615)	-	-	-	120.003
Novo Horizonte Energética S.A.	53.443	8.078	(68)	-	(12.555)	-	-	-	48.898
Santa Laura S.A.	31.557	11.932	-	16	(12.714)	8.880	-	-	39.671
Santa Rosa S.A.	74.780	25.307	-	80	(16.512)	-	-	-	83.655
Seabra Energética S.A.	55.272	7.855	(51)	-	(14.175)	-	-	-	48.901
Santa Fé Energia S.A.	-	-	-	-	(4.877)	-	275.730	42.773	313.626
Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A.	-	-	-	-	(7.096)	-	325.030	150.000	467.934
Total controladora	569.196	100.734	(263)	268	(78.640)	19.497	600.760	196.314	1.407.866

	Resultado de equivalência patrimonial						
	31.12.2016	Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados (i)	Realização de lucros não realizados (i)	Dividendos destinados	Aporte de capital	31.12.2017
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	28.692	(2.590)	-	-	(5.496)	-	20.606
Total consolidado	28.692	(2.590)	-	-	(5.496)	-	20.606
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	28.692	(2.590)	-	-	(5.496)	-	20.606
Energen Energias Renováveis S.A.	108.073	(16.234)	(57)	-	-	6.000	97.782
Esmeralda S.A.	51.308	9.802	-	12	(32.477)	-	28.645
Macaúbas Energética S.A.	42.480	15.708	(60)	-	(3.737)	-	54.391
Moinho S.A.	44.984	(7.713)	(25)	68	(2.531)	-	34.783
Monel Monjolinho Energética S.A.	142.105	7.772	-	92	(32.032)	-	117.937
Novo Horizonte Energética S.A.	51.451	11.875	(68)	-	(9.815)	-	53.443
Santa Laura S.A.	35.214	6.827	-	16	(10.500)	-	31.557
Santa Rosa S.A.	63.749	14.347	-	80	(3.396)	-	74.780
Seabra Energética S.A.	53.228	11.420	153	-	(9.529)	-	55.272
Total controladora	621.284	51.214	(57)	268	(109.513)	6.000	569.196

- (i) Amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme vida útil dos ativos.
- (ii) Aquisição de 100% de participação nas empresas Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A. e Santa Fé Energia S.A. em 21 de dezembro de 2018 conforme combinação de negócios detalhada na nota explicativa 13.
- (iii) Compreende o saldo de 3.541 de ágio por expectativa de rentabilidade futura da controlada em conjunto Passos Maia e 150.000 referente ao aporte de capital realizado para controlada direta Tamar PCH, e 42.773 referente ágio na aquisição da controlada Santa Fé.

As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2018	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas:						
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	109.843	7.077	96.243	6.523	6.466
Esmeralda S.A.	100,00	75.894	24.400	28.756	22.737	22.749
Macaúbas Energética S.A.	100,00	147.143	90.164	51.734	5.245	5.185
Moinho S.A.	100,00	99.476	56.579	38.113	4.785	4.826
Monel Monjolinho Energética S.A.	100,00	380.648	258.289	119.771	2.589	2.681
Novo Horizonte Energética S.A.	100,00	128.245	79.189	40.978	8.078	8.010
Santa Laura S.A.	100,00	57.319	14.655	30.733	11.932	11.948
Santa Rosa S.A.	100,00	117.226	26.448	65.472	25.307	25.387
Seabra Energética S.A.	100,00	127.797	78.344	41.598	7.855	7.804
Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A. (*)	100,00	151.616	6.323	115.414	29.879	-
Santa Fé Energia S.A. (*)	100,00	271.756	26.060	225.163	20.533	-
Participação nos lucros de controladas						95.056
Empresa controlada em conjunto:						
Passos Maia Energética S.A.	50,00	114.679	59.078	44.236	11.365	5.683
Participação nos lucros de coligadas						5.683
Participação total nos lucros de coligadas e controladas						100.739

(*) Não foram reconhecidos resultados de equivalência patrimonial no exercício de 2018 para as empresas Tamar PCH e Santa Fé conforme detalhamento da nota explicativa nº 13.

31 de dezembro de 2017	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas:						
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	103.473	23.491	96.243	(16.261)	(16.205)
Esmeralda S.A.	100,00	71.585	30.701	31.088	9.796	9.808
Macaúbas Energética S.A.	100,00	159.559	87.297	56.523	15.738	15.738
Moinho S.A.	100,00	96.740	70.247	34.225	(7.732)	(7.664)
Monel Monjolinho Energética S.A.	100,00	376.432	248.977	119.727	7.729	7.821
Novo Horizonte Energética S.A.	100,00	135.988	69.711	54.428	11.849	11.849
Santa Laura S.A.	100,00	53.230	13.241	33.169	6.820	6.836
Santa Rosa S.A.	100,00	113.729	21.284	78.137	14.307	14.387
Seabra Energética S.A.	100,00	136.733	68.662	56.626	11.445	11.445
Participação nos lucros de controladas						<u>54.015</u>
Empresa controlada em conjunto:						
Passos Maia Energética S.A.	50,00	128.993	113.565	20.607	(5.179)	(2.590)
Participação nos lucros de coligadas						<u>(2.590)</u>
Participação total nos lucros de coligadas e controladas						<u><u>51.425</u></u>

13. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

13.1. Contexto geral

A Companhia adquiriu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 100% da participação das empresas Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (anteriormente denominada EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A.) e Santa Fé Energia S.A. O principal objetivo da Companhia com a aquisição desses negócios está alinhado com a estratégia da Statkraft de desenvolver portfólios flexíveis de geração com aquisições seletivas em mercados priorizados e ampliar sua representatividade no setor de geração de energia no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2018, os trabalhos de especialistas avaliadores contratados para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição, incluindo-se a alocação do preço de compra e apuração do ágio, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios (IFRS 3), não haviam sido concluídos.

A Companhia tem até um ano (período de mensuração) para ajustar os valores provisórios reconhecidos inicialmente, na data de aquisição, de forma retrospectiva à medida que se obtenha informações necessárias para mensurar o valor justo dos ativos e passivos, conforme previsto no CPC 15 (R1) e IFRS 3 combinações de negócios.

Seguindo a literatura do item 45 do CPC 15/IFRS 3, a Companhia divulga de forma provisória, os valores apurados até o momento com base em suas melhores estimativas, referente a combinação de negócio para a aquisição das Companhias Tamar PCH e Santa Fé. A Companhia está dentro do período de mensuração estipulado pelo CPC 15/IFRS 3 e caso sejam identificados ajustes, estes serão realizados de forma retrospectiva e seus efeitos serão devidamente divulgados.

Tamar Pequenas Centrais Hidroelétrica S.A.

Em 21 de dezembro de 2018, foi implementado o fechamento da operação referenciada no Contrato de compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado no dia 25 de outubro de 2018, assinado pela Companhia e EDP – Energias do Brasil S.A., resultando, portanto, na aquisição direta pela Companhia de 100% das ações de emissão da Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas, anteriormente detidas pela EDP – Energias do Brasil S.A.

A Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. ("Tamar PCH"), é uma sociedade anônima por ações de capital fechado, anteriormente controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. constituída em 2 de janeiro de 2015, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina. A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica compondo seus objetos sociais os quais podem ser assim descritos: (i) atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; (ii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) gerir ativos de geração de energia; (iv) implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (v) prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia, a clientes no Brasil e/ou exterior. Apesar do objeto social amplo a companhia atua efetivamente na geração e comercialização de energia elétrica.

A Companhia possui junto à ANEEL, as seguintes concessões e autorizações de geração em operação:

Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MW)	Energia assegurada (MW)	Concessão/ Autorização	
						Início	Termino
UHE Suíça	Produtor Independente	Concessão	ES	33,9	18,91	14/07/1995	16/07/2025
PCH Viçosa	Produtor Independente	Autorização	ES	4,5	2,52	19/05/1999	19/05/2029
PCH São João	Produtor Independente	Autorização	ES	25	12,95	19/05/1999	16/07/2025
PCH Alegre	Produtor Independente	Concessão	ES	2,06	1,16	14/07/1995	16/07/2025
PCH Fruteiras	Produtor Independente	Concessão	ES	8,74	5,56	14/07/1995	16/07/2025
PCH Jucu	Produtor Independente	Concessão	ES	4,84	2,62	14/07/1995	16/07/2025
PCH Rio Bonito	Produtor Independente	Concessão	ES	22,5	9,4	14/07/1995	16/07/2025

Santa Fé Energia S.A.

Em 21 de dezembro de 2018, foi implementado o fechamento da operação referenciada no contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças celebrado no dia 25 de outubro de 2018, assinado pela Companhia e EDP – Energias do Brasil S.A., resultando portanto na aquisição direta pela Companhia de 100% das ações da Santa Fé Energia S.A. anteriormente detidas pela EDP – Energias do Brasil S.A.

A Santa Fé Energia S.A. ("Santa Fé"), constituída em 30 de maio de 2007, sociedade anônima por ações de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, controlada anteriormente pela da EDP – Energias do Brasil S.A. tem como principal atividade a geração de energia elétrica compondo seu objeto social que pode ser discriminado da seguinte forma: atuação na realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de aproveitamentos hidráulicos e de usinas térmicas e linhas de transmissão de energia elétrica; comercialização da energia gerada por esses e outros empreendimentos; práticas de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades; e participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como acionistas. Apesar do objeto social amplo a companhia atua efetivamente na geração e comercialização de energia elétrica.

Por meio da Resolução Autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 482/01, a Companhia é titular exclusiva de autorização para atuar como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico denominado Francisco Gros, caracterizada como Pequena Central Hidrelétrica – PCH, localizada no município de Alegre, Estado do Espírito Santo.

Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MW)	Autorização	
						Início	Fim
Francisco Gros	Produtor Independente	Autorização	ES	29	15,58	13/11/2001	13/11/2031

13.2. Contraprestação transferida

O valor da aquisição acordado da Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas e Santa Fé, foi de R\$600.760, que foi composto de: (i) R\$704.000 (R\$440.000 Tamar PCH e R\$264.000 Santa Fé); (ii) ajuste redutor do preço no montante de R\$89.123 referente a dívida líquida (redução de R\$101.579 para Tamar PCH e acréscimo de R\$12.456 para Santa Fé) e (iii) ajuste redutor de preço de R\$14.117, referente a ajuste de capital de giro (R\$13.390 para Tamar PCH e R\$727 para Santa Fé).

	Tamar PCH	Santa fé	Total
Valor de aquisição	440.000	264.000	704.000
(-)/(+) Dívida líquida	(101.579)	12.456	(89.123)
(-) Capital de giro	(13.391)	(726)	(14.117)
Contraprestação transferida	<u>325.030</u>	<u>275.730</u>	<u>600.760</u>

13.3. Alocação preliminar da contraprestação

A combinação de negócio foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data da aquisição.

Abaixo segue o resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em bases provisórias, considerando o balanço patrimonial da Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas e Santa Fé Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, e os ajustes do valor justo estimados até 31 de dezembro de 2018.

	Tamar PCH			Santa Fé		
	Valor contábil	Ajuste a valor Justo	Valor justo	Valor contábil	Ajuste a valor justo	Valor justo
Ativos:						
Caixa e equivalente de caixa	54.401	-	54.401	12.510	-	12.510
Contas a receber	15.361	-	15.361	4.098	-	4.098
Imobilizado (*)	194.991	223.972	418.963	129.411	49.383	178.794
Intangível	2.730	-	2.730	597	-	597
Contratos de concessão de energia (**)	-	-	-	-	76.419	76.419
Outros ativos	10.086	(1.732)	8.354	5.000	(242)	4.759
	<u>277.569</u>	<u>222.240</u>	<u>499.809</u>	<u>151.616</u>	<u>125.560</u>	<u>277.177</u>
Passivos:						
Fornecedores	(992)	-	(992)	(241)	-	(241)
Tributos diferidos	-	-	-	-	(42.773)	(42.773)
Imposto e contribuição social (***)	(12.101)	-	(12.101)	(527)	-	(527)
Empréstimo	(155.813)	-	(155.813)	-	-	-
Outras contas a pagar	(5.873)	-	(5.873)	(678)	-	(678)
	<u>(174.779)</u>	<u>-</u>	<u>(174.779)</u>	<u>(1.446)</u>	<u>(42.773)</u>	<u>(44.219)</u>
Ativos líquidos adquiridos	<u>102.790</u>	<u>222.240</u>	<u>325.030</u>	<u>150.170</u>	<u>82.787</u>	<u>232.958</u>

(*) Mais valia dos ativos líquidos adquiridos, calculado de forma preliminar por empresa de avaliação independente.

(**) Mais valia do contrato de concessão/autorização junto ao poder concedente, calculado de forma preliminar por empresa de avaliação independente.

(***) Imposto de renda e contribuição social sobre saldos de mais valia reconhecidos conforme expectativa de realização.

O ativo imobilizado da adquirida na data de aquisição era composto majoritariamente por terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos. O ativo intangível refere-se a valores atribuídos aos direitos de exploração adquiridos pelos contratos de concessão e autorização.

A Companhia determinou preliminarmente um ágio de R\$42.773 para Santa Fé da seguinte forma:

	<u>Tamar PCH</u>	<u>Santa Fé</u>	<u>Total</u>
Contraprestação transferida	325.030	275.730	600.760
Patrimônio líquido	102.790	150.170	252.960
Ajuste a valor Justo	<u>222.240</u>	<u>82.787</u>	<u>305.027</u>
Ativo líquido adquiridos	325.030	232.957	557.987
Ágio	<u>-</u>	<u>42.773</u>	<u>42.773</u>

13.4. Outras informações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido consolidado da Companhia não foi impactado pelos resultados da Tamar PCH e da Santa Fé. A Companhia avaliou o resultado compreendido pelo período de 21 a 31 de dezembro de 2018 e não foram identificados impactos relevantes.

Adicionalmente, apresentamos também a informação "pro forma" para fins demonstrativos de qual teria sido a receita líquida de vendas e serviços e o lucro líquido do exercício caso as aquisições da Tamar PCH e Santa Fé tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2018, porém, tal apresentação não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse sido concluída nessa data, não sendo necessariamente indicativo dos resultados operacionais futuros. O quadro a seguir apresenta a informação consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2018, como se a aquisição tivesse sido concluída em 1º. de janeiro de 2018:

Receita líquida de vendas e serviços	464.020
Lucro líquido do exercício	125.044

14. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Terrenos	Reservatório, barragens e adutoras	Ferramentas, maquinas e equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Veículos	Móveis e utensílios	Edifícios	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	11.788	304.159	150.929	6.526	435.058	6	4.124	39.276	20.441	972.307
Custo histórico	15.305	425.025	217.535	8.430	547.967	21	5.644	54.859	20.441	1.295.227
Depreciação acumulada	(3.290)	(120.866)	(66.580)	(1.821)	(106.848)	(15)	(1.520)	(15.580)	-	(316.520)
Redução do valor recuperável dos ativos	(227)	-	(26)	(83)	(6.061)	-	-	(3)	-	(6.400)
Adições	-	-	-	-	9.674	-	-	-	18.666	28.340
Baixas	(19)	-	(240)	-	(2.419)	-	-	-	(1.702)	(4.380)
Transferências	-	6.578	10.028	-	3.381	-	1.323	76	(21.386)	-
Depreciação	(835)	(17.314)	(9.420)	(337)	(26.061)	(2)	(638)	(2.202)	-	(56.809)
Redução do valor recuperável dos ativos	(452)	-	(53)	(165)	(12.079)	-	-	(5)	-	(12.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.482	293.423	151.244	6.024	407.554	4	4.809	37.145	16.019	926.704
Custo histórico	15.286	431.603	227.323	8.430	559.145	21	6.967	54.935	16.019	1.319.729
Depreciação acumulada	(4.125)	(138.180)	(76.000)	(2.158)	(133.449)	(17)	(2.158)	(17.782)	-	(373.869)
Redução do valor recuperável dos ativos	(679)	-	(79)	(248)	(18.142)	-	-	(8)	-	(19.156)
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	3.725	3.725
Baixas custo	-	-	(244)	-	-	(8)	(55)	-	(1.815)	(2.122)
Baixas depreciação	-	-	126	-	-	7	25	-	-	158
Transferências almoxarifado	-	-	-	-	-	-	-	-	2.316	2.316
Transferências custo	-	874	(3.323)	2.216	2.427	116	2.031	(287)	(4.054)	-
Transferências depreciação	(87)	(399)	588	(332)	358	-	(156)	28	-	-
Aquisição de controlada ao valor justo	5.380	287.894	238.498	9.086	-	777	6.002	49.919	3.356	600.912
Depreciação	(699)	(17.488)	(9.983)	(407)	(31.364)	(9)	(1.102)	(2.192)	-	(63.244)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.076	564.304	376.906	16.587	378.975	887	11.554	84.613	19.547	1.468.449
Custo histórico	20.666	720.371	462.254	19.732	561.572	906	14.945	104.567	19.547	1.924.560
Depreciação acumulada	(4.911)	(156.067)	(85.269)	(2.897)	(164.457)	(19)	(3.391)	(19.946)	-	(436.957)
Redução do valor recuperável dos ativos	(679)	-	(79)	(248)	(18.140)	-	-	(8)	-	(19.154)
Taxa média depreciação anual - %	5,1	4,1	4,2	6,9	5,5	20,0	14,0	4,0	-	-

(*) A provisão de perda ao valor recuperável da EOL Energen tem base nos seguintes indicativos: produção abaixo da estimada pela Administração; redução da vida útil do ativo imobilizado e revisão da taxa de desconto. Houve o reconhecimento da perda por "impairment" no ativo imobilizado desta investida no montante total de R\$19.156. Em 2018 o Grupo não identificou indícios que pudessem indicar novas perdas ao valor recuperável de ativos.

a) Custo de remoção de imobilizado

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios reavaliou a abordagem da Companhia, e a partir desta data considera que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área o máximo possível ao status original. Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas e tem como base as informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento.

O saldo de provisão para remoção de imobilizado é apresentado da seguinte forma:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
UEE Energen	3.129	3.011
UEE Macaúbas	2.584	2.487
UEE Novo Horizonte	2.215	2.130
UEE Seabra	2.215	2.130
Total	<u>10.143</u>	<u>9.758</u>

15. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	Direito de softwares	Ágio	Mais valia de contratos	Uso do bem público	Outros intangíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	300	3.541	-	37.033	10.317	51.191
Custo histórico	513	3.541	-	50.990	31.449	86.493
Amortização acumulada	(213)	-	-	(13.957)	(21.132)	(35.302)
Adições	3.894	-	-	-	2.336	6.230
Baixas	-	-	-	-	(1.266)	(1.266)
Transferências	163	-	-	-	(163)	-
Amortização	(171)	-	-	(1.821)	(1.724)	(3.716)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>4.186</u>	<u>3.541</u>	<u>-</u>	<u>35.212</u>	<u>9.500</u>	<u>52.439</u>
Custo histórico	4.536	3.541	-	50.990	33.668	92.735
Amortização acumulada	(350)	-	-	(15.778)	(24.168)	(40.296)
Adições	4.908	-	-	-	24	4.932
Baixas custo	(3.179)	-	-	-	(4.212)	(7.391)
Baixas amortização	250	-	-	-	4.212	4.462
Amortização	(543)	-	-	(1.798)	(588)	(2.929)
Aquisição de controlada ao valor justo	945	42.773	76.419	702	1.879	122.718
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>6.567</u>	<u>46.314</u>	<u>76.419</u>	<u>34.116</u>	<u>10.815</u>	<u>174.231</u>
Custo histórico	7.210	46.314	76.419	51.692	31.360	212.995
Amortização acumulada	(643)	-	-	(17.576)	(20.545)	(38.764)
Taxa média amortização anual - %	<u>12,0</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3,5</u>	<u>10,0 a 20,0</u>	<u>-</u>

15.1. Testes de "impairment" para o ágio

No cenário do teste de "impairment" realizado, o Grupo considerou como unidades geradoras de caixa (UGCs) suas controladas e coligadas, tendo em vista que estas geram fluxos de caixa que podem ser identificados separadamente.

O ágio registrado contabilmente no montante de R\$46.314 (R\$3.541 em 2017) é alocado às UGCs Passos Maia Energética S.A. e Santa Fé Energia S.A, conforme quadro abaixo:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Passos Maia S.A.	3.541	3.541
Santa Fé Energia S.A.	<u>42.773</u>	<u>-</u>
	<u><u>46.314</u></u>	<u><u>3.541</u></u>

O valor recuperável das UGCs foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração até o período de vigência de cada concessão ou autorização. Os fluxos de caixa foram projetados considerando o período de concessão ou autorização da usina com base numa taxa de crescimento estipulada conforme previsão dos contratos de compra de energia. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do mercado.

Para a UGC Passos Maia, foram consideradas como premissas-chave aplicadas para cálculo do valor em uso a estimativa de geração para os períodos futuros, as previsões de custos operacionais, dispêndio anual para aquisição de imobilizado e a taxa de desconto. Segue resumo das premissas adotadas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Volume de geração anual (GW/h)	99	120
Custos operacionais - R\$	4.471	3.600
Dispêndio anual para aquisição de imobilizado - R\$	288	552

O volume de geração é a média anual da geração no período previsto dos próximos 5 anos. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

Custos operacionais são os custos fixos e de manutenção das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de geração ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo. Os valores divulgados acima são os custos operacionais médios para o período previsto de cinco anos.

O dispêndio anual para aquisição de imobilizado diz respeito à média de desembolsos de caixa esperados para manutenção da estrutura das usinas nos próximos 5 anos e se baseia na experiência histórica da administração. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

O ágio da PCH Passos Maia foi testado para os exercícios de 2018 e 2017, não havendo necessidade de contabilização de provisão para perda ao valor recuperável.

Para Santa Fé Energia S.A. foi considerado como teste de "impairment" a valorização realizada por consultores independentes para fins de alocação preliminar do preço de compra, qual demonstrou um valor superior aos valores justos dos ativos e passivos adquiridos e ágio demonstrados na nota 13.3 destas demonstrações financeiras.

16. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A Companhia possui terras adquiridas com o intuito de investimento, que podem futuramente fazer parte de projetos de usinas hidrelétricas (ou pequenas centrais hidrelétricas) quais são parte de desenvolvimentos de estudos e projetos básicos, ou ainda serem negociadas com outras partes.

As movimentações nesta rubrica podem ser verificadas conforme abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017	16.177
Custo da venda de propriedade para investimento	<u>(680)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>15.497</u>

17. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Fornecedores de materiais e serviços	4.931	3.281	7.224	6.031
Mercado de curto prazo a pagar	-	-	621	4.115
Mercado de curto prazo a pagar protegido por liminares	-	-	74.994	63.357
Saldo a liquidar referente contratos do PROINFA	-	-	47.833	34.361
	<u>4.931</u>	<u>3.281</u>	<u>130.672</u>	<u>107.864</u>

Conforme mencionado no contexto operacional (nota explicativa nº 1.1), as usinas hidrelétricas PCH Moinho e UHE Monel Monjolinho perderam a proteção pelas liminares do GSF, tendo os saldos devidos de fevereiro de 2018 em diante liquidados em 11 de dezembro de 2018.

18. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os financiamentos mantidos pelo Grupo são em sua totalidade oriundos dos financiamentos de construção das suas SPEs ou parta aquisição de ativos, e têm sua composição assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Financiamento de obras - BNDES (i)	-	-	130.814	152.503
Financiamento de obras - BNB (ii)	-	-	218.103	231.198
Empréstimo - BNP (iii)	29.800	-	29.800	-
Debêntures (iv)	227.403	-	227.403	-
Total	<u>257.203</u>	<u>-</u>	<u>606.120</u>	<u>383.701</u>
Apresentados como:				
Passivo circulante	29.800	-	59.213	34.804
Passivo não circulante	227.403	-	546.907	348.897

(a) Financiamentos para construção de usinas hidroelétricas (BNDES)

<u>Empresas</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos financeiros % a.a.</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Monel Monjolinho Energética S.A.	Setembro de 2026	TJLP + 2,1	98.156	110.108
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	32.658	35.804
Esmeralda S.A. (*)	Março de 2019	TJLP + 3,5	-	6.591
Total			130.814	152.503

(*) O financiamento da subsidiária Esmeralda S.A. foi quitado em sua totalidade na data de 10 de agosto de 2018.

Os contratos de financiamentos para construção das usinas hidroelétricas possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva (nota 9)" e "Movimento (centralizadora)". Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro. Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Statkraft Investimentos Ltda. e Statkraft Energias Renováveis S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (nota 9)); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (vii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado. Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Até o presente momento todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos ("covenants") vêm sendo atendidas. Abaixo são demonstrados os "covenants" financeiros para cada subsidiária:

Descrição do índice		Monel	Moinho
Patrimônio líquido/ativo total	Índice do contrato	25%	25%
	Índice atingido	32%	43%
Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") (Consolidado)	Índice do contrato	1,3	1,2
	Índice atingido	2,6	2,8

(b) Financiamentos para construção de usinas eólicas (BNB)

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros % a.a. (*)	31.12.2018	31.12.2017
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	79.762	84.402
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	69.518	74.071
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	68.823	72.725
Total			<u>218.103</u>	<u>231.198</u>

(*) O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

Os contratos de financiamentos para as usinas eólicas possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)". Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (nota 9)); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade Completion Bond, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia. Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Até o presente momento todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos ("covenants") com o BNB vêm sendo atendidas.

Na data deste relatório, o Grupo vem atendendo aos pré-requisitos dos contratos de financiamentos mencionados nos itens (a) e (b) acima, bem como acompanha periodicamente a evolução dos índices das cláusulas restritivas, os quais foram atendidos.

(c) Empréstimo ponte - BNP

A Companhia fechou um empréstimo ponte no valor de R\$30.000 na data de 20 de dezembro de 2018 junto ao Banco BNP Paribas S.A. com a finalidade de financiar a compra de ações das empresas Tamar PCH e Santa Fé. Esse empréstimo de curto prazo possui vencimento em 20 de setembro de 2019 e taxa fixa de 6,273% ao ano. Os juros remuneratórios devem ser pagos no vencimento do empréstimo, atualizados pelo impacto do IR sobre remessa ao exterior o qual eleva a taxa para um índice final de 7,38% ao ano.

(d) Debêntures

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), e prazo de vencimento de 5 anos. Conforme previsto na escritura de emissão, as principais características podem ser assim apresentadas:

(i) Garantias

Cessão fiduciária conta vinculada liquidação

Deverão ser mantidos em conta vinculada o montante de R\$150.000 que serão utilizados exclusivamente para a realização do resgate antecipado total da 1ª emissão de debêntures da controlada Tamar PCH, emitidas em 26 de dezembro de 2017.

Cessão fiduciária direitos creditórios

Direitos creditórios decorrentes de contratos de venda de energia da Tamar PCH, suficientes para cobrir o mínimo de 100% do Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração calculada "pro rata temporis" das debêntures desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a conclusão do processo de incorporação da Tamar PCH pela Companhia, sendo tais contratos e as demais características relevantes identificados e descritos no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.

Em 28 de dezembro de 2018, o resgate antecipado de 150.000 foi realizado cumprindo o primeiro critério das garantias previstas.

(ii) Juros remuneratórios

Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 0,95% ao ano calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis", por dias úteis decorridos, desde a primeira taxa de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

A movimentação dos financiamentos do Grupo pode ser assim demonstrada:

	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2017	473.868
Pagamento de principal	(90.151)
Pagamento de juros	(36.594)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	36.578
Em 31 de dezembro de 2017	<u>383.701</u>
Emissão de debêntures	230.000
Contratação de empréstimo ponte	30.000
Aquisição de controlada no exercício	155.813
Pagamento de principal	(185.600)
Pagamento de juros	(32.731)
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	24.937
Em 31 de dezembro de 2018	<u>606.120</u>
	<u>Controladora</u>
Em 1º de janeiro de 2018	-
Emissão de debêntures	230.000
Contratação de empréstimo ponte	30.000
Pagamento de encargos	(3.247)
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	450
Em 31 de dezembro de 2018	<u>257.203</u>

A controladora não possuiu movimentação de empréstimos e/ou financiamentos para os períodos apresentados.

Abaixo é demonstrado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

<u>Em 31 de dezembro de 2018</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Após 2023</u>	<u>Total</u>
Monel Monjolinho Energética S.A.	12.665	12.665	12.665	12.665	34.830	85.349
Moinho S.A.	3.378	3.378	3.378	3.378	15.766	29.222
Macaúbas Energética S.A.	8.323	8.323	8.323	8.323	38.148	75.171
Novo Horizonte Energética S.A.	7.254	7.254	7.254	7.254	33.248	64.801
Seabra Energética S.A.	7.182	7.182	7.182	7.182	32.915	64.961
Statkraft Energias Renováveis S.A.	-	75.770	75.770	75.862	-	227.403
Total	<u>38.802</u>	<u>114.572</u>	<u>114.572</u>	<u>114.664</u>	<u>154.907</u>	<u>546.907</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Após 2022</u>	<u>Total</u>
Monel Monjolinho Energética S.A.	12.500	12.500	12.500	12.500	47.217	97.217
Moinho S.A.	3.334	3.334	3.334	3.334	19.008	32.344
Esmeralda S.A.	1.326	-	-	-	-	1.326
Macaúbas Energética S.A.	5.208	5.819	6.473	7.173	55.131	79.804
Novo Horizonte Energética S.A.	4.200	4.557	5.996	6.777	47.819	69.349
Seabra Energética S.A.	4.397	4.926	5.493	6.101	47.940	68.857
Total	<u>30.965</u>	<u>31.136</u>	<u>33.796</u>	<u>35.885</u>	<u>217.115</u>	<u>348.897</u>

19. CONCESSÕES A PAGAR

Refere-se integralmente à obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Monel, ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50% ao ano. A correspondente obrigação é paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

O saldo proveniente da aquisição de controladas compreende a outorga concedida às PCHs Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 17 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$647. Em relação ao potencial hidrelétrico da UHE Suíça, a Companhia

recolhe à União, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 09 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$675. Ambos são corrigidos anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2017	74.118
Pagamentos realizados	(7.297)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	5.987
Em 31 de dezembro de 2017	<u>72.808</u>
Pagamentos realizados	(8.035)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	13.508
Aquisição de controlada no exercício	1.033
Em 31 de dezembro de 2018	<u><u>79.314</u></u>
Apresentados como:	
Passivo circulante	10.421
Passivo não circulante	68.893

20. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
PIS a recolher	330	160	1.371	1.448
COFINS a recolher	1.529	740	6.349	6.692
ISS a recolher	495	240	495	240
Tributos retidos a recolher	37	115	626	384
Tributos sobre importação	38	-	38	-
Outros tributos a recolher	11	25	168	1.339
Total	<u><u>2.440</u></u>	<u><u>1.280</u></u>	<u><u>9.047</u></u>	<u><u>10.103</u></u>
Apresentados como:				
Passivo circulante	2.440	1.280	7.840	9.090
Passivo não circulante	-	-	1.207	1.013

21. OUTROS PASSIVOS (CONSOLIDADO)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Provisão para compensação ambiental	-	-	3.117	1.690
P&D (ANEEL) a pagar	-	-	2.481	2.183
Arrendamento de terras	-	-	8.182	7.045
Outras contas a pagar	145	-	7.681	4.215
Total	145	-	21.461	15.133
Apresentados como:				
Passivo circulante	145	-	11.819	5.940
Passivo não circulante	-	-	9.642	9.193

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Companhia subscrito e integralizado está representado por 218.370.694 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (143.347.224 em 31 de dezembro de 2017) e distribuído conforme quadro de acionistas a seguir:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% do Capital Social
Statkraft Investimentos Ltda.	177.552.601	81,31
FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais	40.818.093	18,69
	218.370.694	100,00

Em 14 de dezembro de 2018 foi deliberada a subscrição de 75.023.470 ações ordinárias nominativas compondo um aumento de capital de R\$ 420.545, integralizada em 20 de dezembro de 2018 por meio de caixa, sendo R\$ 341.936 pela Statkraft Investimentos Ltda. e R\$ 78.709 pela FUNCEF. A integralização dos acionistas ocorreu na proporção da participação no capital social na data da integralização. O capital autorizado em 31.12.2018 é de R\$1.133.384.

b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios pode ser assim demonstrado:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro líquido do exercício	74.632	8.401
Reversão de prejuízos acumulados	-	-
Constituição da reserva legal	<u>(3.732)</u>	<u>(420)</u>
Base de cálculo	70.900	7.981
Dividendo mínimo - %	25	25
Dividendos mínimos obrigatórios destinados	<u>17.725</u>	<u>1.996</u>
Dividendos propostos por ação - em R\$	120,708	13,924

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta de Dividendos a pagar pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora e consolidado</u>
	<u>31.12.2018</u>
Em 31 de dezembro de 2016	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	<u>1.996</u>
Em 31 de dezembro de 2017	1.996
Dividendos adicionais distribuídos	21.316
Pagamento de dividendos	(23.312)
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	<u>17.725</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>17.725</u>

Os dividendos adicionais distribuídos foram pagos em sua totalidade na data de 27 de abril de 2018, sendo R\$18.954 pagos a acionista Statkraft Investimentos Ltda. e R\$4.358 compensados com valores devidos a título de mútuo firmado com o acionista FUNCEF.

c) Reservas de lucros

Abaixo é demonstrado o detalhamento do saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2018:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Reserva legal (i)	4.152
Reserva de retenção de lucros (ii)	<u>53.175</u>
Total	<u>57.327</u>

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Reserva de retenção de lucros

Constitui a reserva de lucros com o saldo de lucros remanescentes não distribuídos no exercício.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" refere-se aos ganhos ou perdas não realizados dos instrumentos financeiros patrimoniais mantidos ao valor justo, e mensurados por meio de outros resultados abrangentes, e representam a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo mensurado para a data de cada demonstração financeira, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos.

23. RECEITA LÍQUIDA

Abaixo a apresentação das receitas de acordo com CPC 47 - "Receita de Contrato" com cliente, desagregadas de acordo com o tipo de contrato.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Prestação de serviços:	10.207	12.476	1.167	3.647
Tributos sobre a prestação de serviços	(1.199)	(1.466)	(137)	(140)
	<u>9.008</u>	<u>11.010</u>	<u>1.030</u>	<u>3.507</u>
Contrato de Energia de Reserva - CER	-	-	101.371	100.256
Contrato de Compra de Energia Regulada - CCEAR	-	-	97.650	127.321
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	-	-	113.186	85.429
Contrato Ambiente de Contratação Livre - ACL	-	-	19.809	14.338
Tributos sobre a venda de energia elétrica	-	-	(18.500)	(20.043)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>313.516</u>	<u>307.301</u>
Receita líquida	<u>9.008</u>	<u>11.010</u>	<u>314.546</u>	<u>310.808</u>

Outras informações contratuais são apresentadas no contexto operacional deste relatório.

24. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos do fornecimento de energia e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	-	-	(48.977)	(88.384)
Depreciação e amortização	-	-	(64.243)	(58.951)
Salários e encargos sociais	(3.765)	(5.827)	(3.801)	(11.120)
Encargos setoriais	-	-	(9.465)	(10.221)
Seguros fianças e comissões	-	-	(6.410)	(6.188)
Serviços de terceiros	-	-	(7.698)	(5.836)
Viagens e estadias	-	(55)	-	(56)
Outros	-	(66)	(1.061)	(2.314)
	<u>(3.765)</u>	<u>(5.948)</u>	<u>(141.655)</u>	<u>(183.070)</u>

b) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Serviços de terceiros	(5.982)	(9.301)	(12.865)	(9.759)
Serviços de partes relacionadas	(161)	(868)	(141)	(1.024)
Salários e encargos sociais	(8.157)	(3.270)	(15.201)	(11.230)
Remuneração dos administradores	(5.437)	(6.792)	(6.524)	(6.792)
Encargos setoriais	(26)	-	(4.901)	(3.043)
Viagens e estadias	(2.399)	(1.620)	(2.992)	(2.124)
Aluguel	(503)	(959)	(1.500)	(1.534)
Impostos e taxas	(456)	(86)	(1.550)	(1.120)
Participação nos Resultados	(285)	(626)	(551)	(953)
Propaganda e publicidade	(174)	(129)	(489)	(436)
Seguros fianças e comissões	(37)	-	(37)	(57)
Penalidades	-	(65)	-	(151)
Depreciação e amortização	(517)	(627)	(517)	(627)
Estudos em desenvolvimento	(10.196)	(329)	(10.196)	(329)
Perdas em outros ativos	-	(3.049)	-	(3.053)
Materiais	-	-	(1.236)	(1.413)
Outros	(1.136)	(1.247)	(4.007)	(2.758)
	<u>(35.466)</u>	<u>(28.968)</u>	<u>(62.707)</u>	<u>(46.403)</u>

c) Outras (despesas) receitas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos	-	-	-	(12.754)
Lucros cessantes e danos materiais	-	-	2.620	2.869
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(2.531)	(44.069)	(1.887)	(47.041)
Provisões pré-operacionais	-	-	1.409	-
Outras receitas e despesas operacionais	3	1.141	(170)	787
	<u>(2.528)</u>	<u>(42.928)</u>	<u>1.971</u>	<u>(56.139)</u>

O resultado consolidado de provisões para contingências de 2017 se refere ao saldo líquido de movimentação dos saldos de provisões para contingências e condenações, tendo como causa mais relevante o acordo referente ao caso da BBE Brasil Bioenergia.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Despesas financeiras:				
Com financiamentos	(449)	(262)	(28.178)	(36.578)
Comissão de fiança e garantias	(59)	(76)	(103)	(325)
IOF, multas e juros sobre tributos	(1.588)	(1.478)	(1.622)	(2.454)
Variação cambial passiva	(9)	(48)	(233)	(229)
Despesas financeiras sobre concessões a pagar	-	-	(13.601)	(5.986)
Juros sobre contrato de mutuo	(1.658)	(11.168)	(1.658)	(11.168)
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.017)	(2.101)	(1.017)	(2.101)
Outras despesas financeiras	(73)	(156)	(863)	791
	<u>(4.853)</u>	<u>(15.289)</u>	<u>(47.275)</u>	<u>(58.050)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	6.825	6.232	18.137	19.769
Variação cambial ativa	231	637	571	646
Receita de atualização de contrato de energia	-	-	-	1.754
Juros sobre contrato de mutuo	671	-	272	-
Outras receitas financeiras	1.682	579	2.089	1.109
	<u>9.409</u>	<u>7.448</u>	<u>21.069</u>	<u>23.278</u>
	<u>4.556</u>	<u>(7.841)</u>	<u>(26.206)</u>	<u>(34.772)</u>

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Para o período em curso

Para fins de apuração de impostos, a controladora SKER, assim como suas controladas Monel Monjolinho Energética S.A. e Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. optaram pela apuração do resultado tributável observando o regime do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pode ser demonstrada conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	79.440	(8.945)	96.563	2.139
Adições ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	909	13	918	159
Receita de dividendos não tributáveis	(4.932)	(14.305)	(4.932)	(14.305)
Equivalência patrimonial	(100.739)	(51.425)	(5.682)	2.590
	<u>(25.322)</u>	<u>(74.662)</u>	<u>86.867</u>	<u>(9.417)</u>
Alíquota nominal combinada do IR e CSLL %	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	8.610	25.385	(29.535)	3.202
Resultado da diferença da tributação pelo lucro presumido para controladas	-	-	25.333	8.222
Exclusão dos tributos diferidos sem perspectiva de realização	(15.555)	(25.409)	(15.555)	(25.452)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecidos	1.913	-	(2.422)	-
Reconhecimento de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal de períodos anteriores	-	20.373	-	20.373
Reconhecimento de tributos contingentes	-	-	-	2.896
Diferença de alíquota adicional de imposto de renda	24	24	48	48
Encargo no resultado do período	<u>(5.008)</u>	<u>20.373</u>	<u>(22.131)</u>	<u>9.289</u>
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	(17.123)	(11.946)
Diferido	(5.008)	20.373	(5.008)	21.235
	<u>(5.008)</u>	<u>20.373</u>	<u>(22.131)</u>	<u>9.289</u>

b) Composição de créditos fiscais

A Companhia reconheceu no resultado do período de 2017 R\$19.683, em ativo fiscal diferido decorrente de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, cujo saldo foi destinado a amortização de débitos fiscais de suas controladas, em face de disposições fiscais vigentes - Programa de Regularização Tributária - PRT - MP nº 766, de 4 de janeiro de 2017, e IN nº 1.687, de 31 de janeiro de 2017, doravante substituída pela MP nº 783, de 31 de maio de 2017 - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, e IN nº 1.711, de 16 de junho de 2017. O valor da dívida declarado, compensado e quitado pelas controladas, depende do processo de confirmação dos créditos fiscais a serem homologados pela Receita Federal do Brasil. Adicionalmente, em 31 de outubro de 2017, a sua controlada Energen Energias Renováveis S.A., aderiu ao programa de parcelamento de tributos federais (PERT), através da Lei nº 13.496 compensando saldos negativo no montante de R\$180. Abaixo o detalhamento das controladas que utilizaram os créditos fiscais da controladora:

	<u>Créditos fiscais reconhecidos</u>
Statkraft Energias Renováveis S.A.	39
Novo Horizonte Energética S.A.	7.369
Seabra Energética S.A.	7.256
Macaúbas Energética S.A.	5.019
Energen Energias Renováveis S.A.	180
Total - créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, utilizado no Programa de Regularização Tributária - PRT	<u>19.863</u>

c) Saldos patrimoniais de imposto renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo financeiros, e podem ser demonstrados da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Diferenças temporárias advindas de combinação de negócios	(42.773)	-	-	-
Diferenças temporárias sobre ajuste ao valor justo de investimentos	(14.202)	(19.210)	(14.202)	(19.210)
Diferenças temporárias sobre depreciação, amortização e provisões	-	-	13.726	12.776
Prejuízos fiscais recuperáveis	14.202	19.210	14.202	19.210
Saldos tributos diferidos ativo (passivo)	<u>(42.773)</u>	<u>-</u>	<u>13.726</u>	<u>12.776</u>

A Companhia realizou estudo de recuperabilidade de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais em 2018, constituindo ativos diferidos no montante de R\$ 14.202, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos da controladora compreende o período de 2019 a 2025.

Além dos tributos apresentados para controladora, o grupo constituiu impostos diferidos sobre diferenças temporárias referentes a diferenças de taxas de depreciação, amortização e provisões. A expectativa de realização do total de impostos diferidos se estende até o prazo de concessão de cada concessão ou autorização das companhias cujas diferenças temporárias são registradas.

27. SEGUROS

a) Seguros de responsabilidade dos administradores (D&O)

A Companhia é segurada na responsabilidade de seus administradores em apólice com vigência até 31 de dezembro de 2018.

b) Seguros de riscos operacionais

A Companhia também possui seguro contratado para Riscos Operacionais para suas usinas, visando a cobertura para eventuais danos materiais e lucros cessantes, com valores em risco e limites de indenização adequados a continuidade de suas operações.

c) Seguro de responsabilidade civil

Adicionalmente, a companhia possui seguro de responsabilidade civil para suas usinas.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não estejam refletidos nas informações financeiras intermediárias de 31 de dezembro de 2018.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, concessões a pagar e mútuos com partes relacionadas.

28.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da mesma. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia não são, substancialmente, afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo apenas da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que venham aumentar as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez e o risco de o Grupo não vir a dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

c) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia está atualmente concentrado nos contratos de venda de energia no mercado regulado (ACR), cabendo uma pequena parcela da energia vendida no mercado livre (ACL). Os contratos regulados são padronizados, incluindo os mecanismos de garantia neles previsto. Por outro lado, as contrapartes no mercado livre passam por criteriosa avaliação de crédito feita pela Companhia onde é definida a classificação de risco, garantias requeridas e limites para operação. Atualmente a Companhia possui em sua carteira no mercado livre somente contrapartes com excelente avaliação de crédito.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros (não derivativos) do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora	Consolidado			
	Menos de um ano	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018:					
Fornecedores nacionais	4.931	130.672	-	-	-
Financiamentos e debêntures	29.800	68.802	154.241	230.969	154.906
Partes relacionadas	52.893	52.909	-	-	-
Concessões a pagar	-	9.388	17.787	20.350	30.755
Dividendos a pagar	17.725	17.725	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	10.143
Em 31 de dezembro de 2017:					
Fornecedores nacionais	509	5.038	-	-	-
Financiamentos	-	34.804	62.102	69.681	217.114
Partes relacionadas	54.207	54.207	-	-	-
Concessões a pagar	-	7.965	17.160	18.847	28.146
Dividendos a pagar	1.996	-	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	9.758

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

d) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritiva, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES e BNB (nota explicativa nº 18), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

e) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, demonstramos, a seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas informações financeiras intermediárias. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas a seguir e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às informações financeiras intermediárias por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Banco BTG Pactual S.A., na data de 31 de dezembro de 2018, para cada uma das variáveis indicadas. As taxas de juros estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, na data de 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 30 de dezembro de 2018.

(ii) Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

Fator de risco		Variações adicionais no saldo contábil (*)						
		Valores expostos em 2018	Valores expostos em 2017	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	244.626	179.157	7.828	11.742	15.656	19.570	23.484
Aplicações financeiras restritas	CDI	43.021	42.914	1.377	2.065	2.753	3.442	4.130
Empréstimos e financiamentos	CDI	(280.154)	-	(8.965)	(13.447)	(17.930)	(22.412)	(26.895)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(134.482)	(152.502)	(4.693)	(7.040)	(9.387)	(11.734)	(14.080)
Impacto líquido	CDI	<u>(126.989)</u>	<u>69.569</u>	<u>(4.064)</u>	<u>(6.095)</u>	<u>(8.127)</u>	<u>(10.159)</u>	<u>(12.191)</u>
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	6,40%	9,93%	3,20%	4,80%	6,40%	8,00%	9,60%
Taxas consideradas - % ao ano	TJLP	6,98%	7,00%	3,49%	5,24%	6,98%	8,73%	10,47%

f) Estimativa do valor justo

Considera-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, financiamentos e debêntures, concessões a pagar, demonstrados a valor contábil, menos a perda ("impairment"), quando aplicável, venham a estar próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

<u>Em 30 de dezembro de 2018</u>	<u>Consolidado</u>		
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Saldo total</u>
Ativo:			
Aplicação financeira restrita	43.021	-	43.021
Investimentos ao valor justo (*)	-	48.686	48.686
Total do ativo	<u>43.021</u>	<u>48.686</u>	<u>91.707</u>

<u>Em 30 de dezembro de 2017</u>	<u>Consolidado</u>		
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Saldo total</u>
Ativo:			
Aplicação financeira restrita	42.914	-	42.914
Investimentos ao valor justo (*)	-	63.416	63.416
Total do ativo	<u>42.914</u>	<u>63.416</u>	<u>106.330</u>

- (*) A Companhia possui investimentos nas empresas Ceran - Companhia Energética Rio das Antas S.A. na ordem de 5% e Dfesa - Dona Francisca Energética S.A. na ordem de 2,12%, nas quais não tem influência significativa e são registrados a valor justo nos respectivos montantes de R\$40.824 e R\$7.861 (R\$55.080 e R\$8.336 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar em valores diferentes dos atuais registrados.

g) Instrumentos financeiros por categoria (consolidado)

	Consolidado			Total
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
<u>31 de dezembro de 2018</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial:				
Caixa e equivalentes de caixa	261.171	-	-	261.171
Contas a receber de clientes	-	161.789	-	161.789
Partes relacionadas	2.352	-	-	2.352
Repactuação do risco hidrológico	-	8.351	-	8.351
Aplicação financeira restrita	43.021	-	-	43.021
Investimentos ao valor justo	-	-	48.686	48.686
Propriedades para investimento	15.497	-	-	15.497
	<u>322.041</u>	<u>170.140</u>	<u>48.686</u>	<u>540.867</u>

	Consolidado			Total
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
<u>31 de dezembro de 2017</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial:				
Caixa e equivalentes de caixa	183.324	-	-	183.324
Contas a receber	-	93.475	-	93.475
Partes relacionadas	6.445	-	-	6.445
Repactuação do risco hidrológico	-	5.703	-	5.703
Aplicação financeira restrita	42.914	-	-	42.914
Investimentos ao valor justo	-	-	63.416	63.416
Propriedades para investimento	16.177	-	-	16.177
	<u>248.860</u>	<u>99.178</u>	<u>63.416</u>	<u>411.454</u>

	Consolidado		
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total
<u>31 de dezembro de 2018</u>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial:			
Fornecedores	-	130.672	130.672
Financiamentos e debêntures	-	606.120	606.120
Partes relacionadas	-	52.909	52.909
Concessão a pagar	-	79.314	79.314
Provisão para remoção de imobilizado	10.143	-	10.143
	<u>10.143</u>	<u>869.015</u>	<u>879.158</u>

	Consolidado		
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Total
<u>31 de dezembro de 2017</u>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial:			
Fornecedores	-	107.864	107.864
Financiamentos	-	383.701	383.701
Partes relacionadas	-	53.331	53.331
Concessão a pagar	-	72.808	72.808
Provisão para remoção de imobilizado	9.758	-	9.758
	<u>9.758</u>	<u>617.704</u>	<u>627.462</u>

24. OUTROS RISCOS OPERACIONAIS

a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Tendo em vista que o MRE está suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou "Generation Scaling Factor - GSF", o qual reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia.

Com o intuito de mitigar/extinguir esta exposição a Lei nº 13.203/15 sancionou a repactuação do risco hidrológico a qual as usinas PCH Esmeralda, PCH Santa Rosa e PCH Santa Laura aderiram e repactuação na modalidade de proteção de 100% extinguindo assim o risco de GSF.

Além do mais, é possível a saída e regresso de usinas do MRE (dentro dos prazos e para determinadas usinas), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão. Verificando esta possibilidade a empresa adotou a estratégia de saída e regresso das usinas de seu portfólio do MRE. PCH Moinho e PCH Passos Maia saíram do MRE em julho de 2015 e regressaram em junho de 2016, já as PCHs Santa Laura e Esmeralda saíram em julho de 2016 e retornaram em julho de 2017.

b) Risco da não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

25. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem processos trabalhistas, tributários e cíveis. Os valores provisionados são:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Processos trabalhistas	384	3.060	413	3.060
Processos tributários	3.561	1.386	3.561	2.220
Processos cíveis	10.349	10.269	16.840	18.027
	<u>14.294</u>	<u>14.715</u>	<u>20.814</u>	<u>23.307</u>

A movimentação dos saldos provisionados é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2017	14.715	23.307
Adição	486	973
Reversão	(907)	(3.466)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>14.294</u>	<u>20.814</u>

Em 2017, a Companhia vinha discutindo judicialmente execuções de sentença arbitral referente integralizações não realizadas na BBE Brasil Bioenergia (valores devidos e honorários advocatícios). Em razão de nossas impugnações terem sido conhecidas, porém indeferidas, nos vimos obrigados, em junho de 2017, a depositar a totalidade do montante devido à Exequente. A fim de reduzir o montante condenatório e pôr fim a todas as execuções, as Partes chegaram a acordo em agosto de 2017, encerrando os processos pelo valor de 51,3 milhões de reais.

Processos investigativos e contingências possíveis

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Processos investigativos

- Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes. Até o momento não é possível estimar se haverá potenciais impactos negativos para a Companhia.
- A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF ("ANIPA") que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

- (c) Com relação ao Procedimento de Investigação Criminal nº 1.16.000.000993.2016-70 (“Operação Greenfield - caso FIP CEVIX”), conduzida pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal em Brasília/DF, foi reconhecida a inexistência de qualquer relação dos fatos investigados com a Statkraft Energias Renováveis S.A., sendo este procedimento encerrado em relação a esta em 25 de agosto de 2017, conforme decisão judicial.

A Companhia é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

Os demais passivos contingentes com probabilidade de perda considerada possível são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Trabalhistas	487	467
Fiscais	2.011	482
Cíveis	1.632	1.069
	<u>4.130</u>	<u>2.018</u>

26. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	74.632	8.401	74.632	8.401
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	146.841	143.347	146.841	143.347
Lucro por ação	<u>0,50825</u>	<u>0,05861</u>	<u>0,50825</u>	<u>0,05861</u>

27. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2018 o grupo realizou a seguinte atividade de investimento não envolvendo caixa, portanto esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

Em 27 de abril de 2018 a Controladora liquidou dividendos com seus acionistas, onde o montante de R\$4.358 foi liquidado com abatimento parcial do saldo de mútuo entre a Controladora e seu acionista FUNCEF.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 23 de janeiro de 2019 a controlada direta Monel reduziu seu capital social em R\$14.000 por meio de redução de caixa. A transação recebeu as devidas anuências da ANEEL e do BNDES.



Divulgação de Resultados
Relatório da Administração 2018



Statkraft

Statkraft anuncia lucro líquido de R\$ 74,6 milhões em 2018. Desempenho operacional estável e afirmação da estratégia de crescimento da Companhia.

Florianópolis, 08 março de 2019 – A Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Statkraft” ou “Companhia”), listada na B3 (STKF3), no segmento Básico, geradora de energia elétrica através de fontes renováveis, anuncia hoje seu resultado de 2018. As informações financeiras e operacionais a seguir se referem aos resultados consolidados da Statkraft Energias Renováveis S.A. Tais informações estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS). As informações estão apresentadas em Reais (R\$) e as comparações, exceto onde indicado, referem-se aos resultados de 2017.

1) Destaques do período

- ▶ **Em 2018 a Companhia não apresentou fatalidades ou sérios incidentes ao meio ambiente.** Um incidente com lesão grave ocorreu no 3T18 em uma de nossas subsidiárias. O incidente foi investigado de acordo com os procedimentos da Statkraft e todas as medidas de segurança estão sendo seguidas. A Companhia prestou todo o suporte e apoio necessários aos colaboradores, reforçando seu objetivo de um alto padrão de segurança para todos seus colaboradores e *stakeholders*.
- ▶ Em 2018 a **receita operacional líquida somou R\$ 314,5 milhões**, apresentando aumento de 2,0% na comparação com 2017, influenciada pelo Mercado de Curto Prazo “MCP”.
- ▶ **EBITDA totalizou R\$ 187,3 milhões em 2018**, aumento de 71,5%, representando **margem EBITDA de 59,5%**.
- ▶ **A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 74,6 milhões em 2018.** O resultado apurado reflete o desempenho operacional estável da Companhia, uma vez saneados os efeitos legado que impactaram o resultado de 2017.
- ▶ **Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia concluiu a compra de um cluster de oito usinas hidrelétricas operacionais no estado do Espírito Santo**, adicionando 131,9 MW à sua capacidade instalada, representando aumento de 41%. A transação está alinhada com a estratégia da Statkraft de desenvolver portfólios flexíveis de geração com aquisições seletivas em mercados priorizados. No Brasil, a ambição é crescer adquirindo e melhorando ativos em operação ou desenvolvendo nova capacidade de geração em energia eólica e solar.
- ▶ **Aporte de Capital dos Acionistas no valor de R\$ 420,5 milhões**, com o objetivo de aquisição de ativos.
- ▶ **Emissão de R\$ 230 milhões de debentures**, cujos recursos foram destinados para o alongamento do perfil da dívida e aquisição de ativos.

Principais Indicadores	2017	2018	Var. (%)
Receita Líquida (R\$ mil)	310.808	314.546	2,0
EBITDA ICVM 527(R\$ mil)	109.243	187.329	71,5
Margem EBITDA (%)	35,1	59,5	24,1 p.p.
Lucro Líquido gerencial ¹ (R\$ mil)	56.475	74.632	32,2
Lucro Líquido (R\$ mil)	8.401	74.632	788,4
Dívida Líquida (R\$ milhões)	157,5	301,9	91,7
Preço Líquido (R\$/MWh)	213,16	220,72	3,5
Energia gerada (MWh)	1.307,8	1.350,4	3,3
Disponibilidade (%)	94,6	94,2	-0,2 p.p.

¹ O lucro líquido gerencial exclui os efeitos não recorrentes do período. A composição do mesmo encontra-se no item 7 deste relatório

2) Mensagem da Administração

Afirmação da Statkraft no Brasil

O ano de 2018 representa para a Statkraft no Brasil um importante marco na afirmação das ambições desta Companhia em se tornar um importante *player* no mercado brasileiro. O lucro líquido de quase R\$ 75 milhões, com um EBITDA de R\$ 187 milhões, demonstram a solidez operacional da Companhia e o início de resultados consistentes esperados, após uma série de efeitos não recorrentes que afetaram o resultado desta nos exercícios anteriores.

Além do sólido resultado operacional, o ano de 2018 também é marcado por uma importante aquisição de 08 ativos em operação no estado do Espírito Santo, que adicionam 131,9 MW à capacidade instalada da Companhia, aumentando em 41% os 318 MW anteriormente existentes, totalizando os 448 MW atuais. Tão importante quanto o crescimento em capacidade instalada, esta aquisição permite à Companhia a diluição de parte da estrutura operacional constituída nos últimos anos como plataforma para o crescimento, incluindo a sólida cultura de ética, integridade, compliance e segurança.

Plano de crescimento

Importante destacar que o recente crescimento, proporcionado pela aquisição acima mencionada, não representa para a Companhia um ponto final. Como parte de seu plano de crescimento, a Statkraft pretende ampliar seus negócios em energia no Brasil nos próximos anos, avaliando as alternativas mais eficientes em aquisições de ativos em operação, bem como desenvolvendo internamente nova capacidade de geração em energia eólica, solar e hídrica.

Eventos marcantes no exercício

Sob a perspectiva operacional, destaca-se a contínua necessidade de monitoramento do risco hidrológico vivenciado pelo setor elétrico nos últimos períodos e que, em 2018, não foi diferente. Em função disso a Companhia vem investindo e ampliando sua expertise para atuar no gerenciamento de seu portfólio de energia, com o objetivo de minimizar os efeitos negativos decorrentes das mudanças hidrológicas. Destaca-se que em 2018 o resultado negativo líquido do mercado de curto prazo para a SKER foi de R\$ 5,5 milhões, uma melhor performance quando comparado ao ano de 2017, cujo efeito negativo líquido foi de R\$ 45 milhões.

Sob a perspectiva financeira, destaca-se que a Companhia concluiu em 2018 o pagamento antecipado da dívida da subsidiária PCH Esmeralda, concluindo, assim, as ações de desalavancagem iniciadas em 2017, quando houve a quitação antecipada das dívidas das subsidiárias PCH Santa Laura e Santa Rosa. Ainda, no fim de 2018, a Companhia efetuou a emissão de debêntures, no valor de R\$ 230 milhões, com o intuito de fazer frente aos seus investimentos e alongamento do perfil da dívida bancária. Destaca-se que os indicadores de liquidez permanecem em níveis adequados e que a Administração permanece monitorando e avaliando a eficiência de sua estrutura de capital.

Outros eventos importantes destacados neste Relatório de Administração denotam o alto nível de controles da Companhia, bem como a total aderência às normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Diante de um ano tão positivo como o ano de 2018, adentramos 2019 com uma perspectiva muito positiva para os resultados e o posicionamento da Companhia como um importante player no setor elétrico brasileiro.

Fernando De Lapuerta Montoya
Diretor Presidente

Leoze Lobo Maia Junior
Diretor Financeiro e de RI

3) Sobre a Statkraft Energias Renováveis S.A.

A Statkraft Energias Renováveis S.A., constituída em 19 de maio de 1995, tem por objeto (i) a participação em outras sociedades nas áreas de geração de energia elétrica originada de fontes renováveis e operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica, (ii) a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação; e (iii) a implementação, propriedade, financiamento e operação de projetos de energia renovável, com foco naqueles de geração de energia hidrelétrica, eólica e solar.

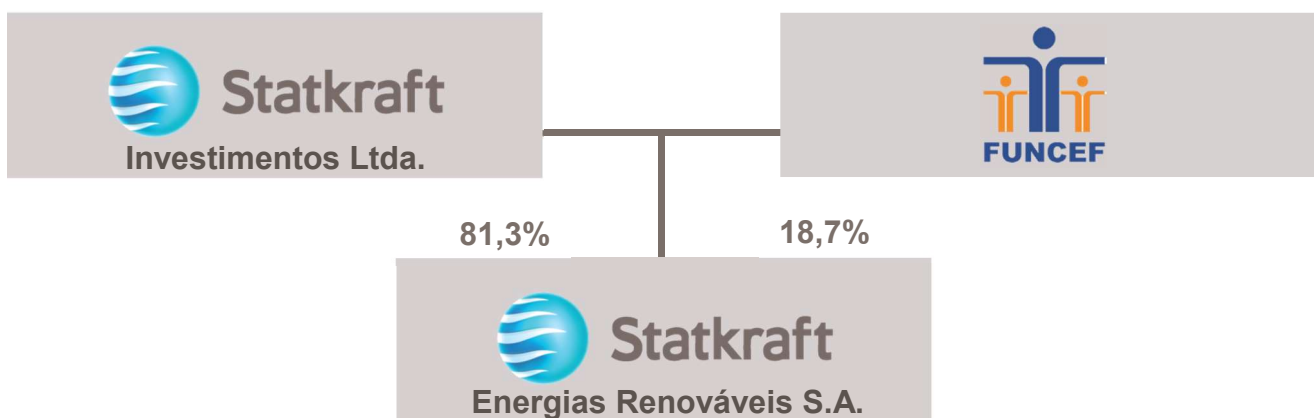
A Companhia atua de maneira integrada, possuindo experiência em todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, acompanhamento da construção, até a operação de empreendimentos de geração de energia, nas fontes de energia renovável em que atua.

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Statkraft Energias Renováveis S.A. buscam o constante desenvolvimento de novos projetos, visando garantir o crescimento futuro da empresa.

Atualmente os ativos da Companhia incluem 14 usinas hidrelétricas, participações minoritárias em 4 usinas hidrelétricas, 1 complexo eólico no estado da Bahia formado por 3 usinas, 1 usina eólica no estado de Sergipe, perfazendo capacidade instalada própria de 448 MW, além de possuir portfólio de projetos relacionados à energia hidráulica, eólica e solar.

4) Nossos acionistas

A Statkraft Energias Renováveis S.A possui uma sólida base acionária, responsável pela orientação dos negócios, bem como pelo aporte de capital e investimentos necessários para a manutenção das atividades.



GRUPO STATKRAFT

No capital da Companhia desde Março de 2012

A STATKRAFT é uma empresa de origem norueguesa, líder em energia renovável da Europa, atuando nos segmentos de energia hidroelétrica, energia eólica e aquecimento urbano. Historicamente está ligada intrinsecamente com o desenvolvimento de geração de energia hidroelétrica da Noruega desde os primórdios do século XIX, quando o poder de cachoeira do país foi explorado pela primeira vez. Possui usinas de energia ao redor do mundo com 387 plantas e uma capacidade de 19.080 MW, com produção anual estimada de 63 TWh, sendo 99% de fontes renováveis. Sua estrutura conta com aproximadamente 3.500 funcionários espalhados em mais de 16 países.

O governo da Noruega (Rating AAA – S&P e Aaa – Moody's) detém 100% das ações da Statkraft e confere ao grupo forte solidez financeira e visão de longo prazo.

FUNCEF

No capital da Companhia desde setembro de 2009

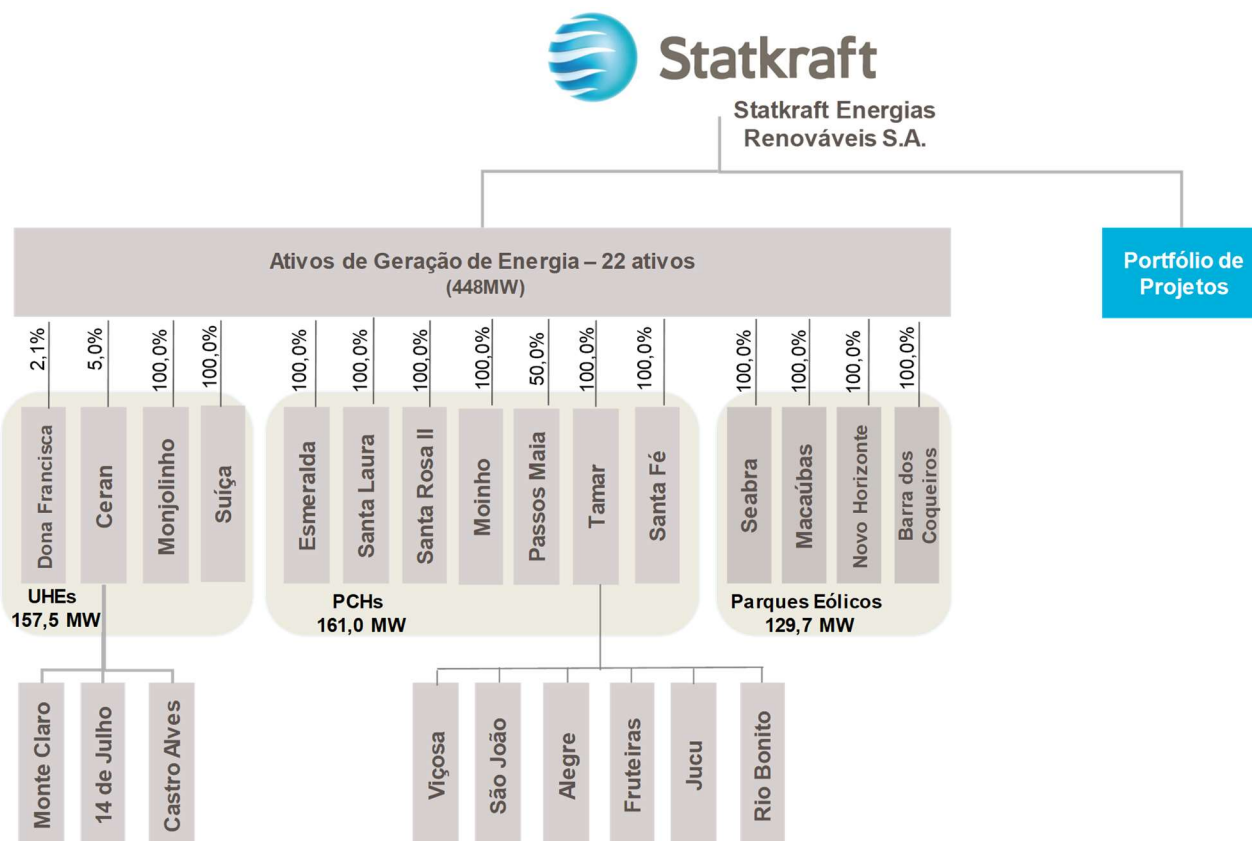
A FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais - é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil e um dos maiores da América Latina. Entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, foi criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, com o objetivo de administrar o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. Atualmente a FUNCEF possui patrimônio ativo total superior a R\$ 58 bilhões e aproximadamente 137 mil participantes.

A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa. Seus recursos são investidos em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e, como aplica seus recursos no país, a FUNCEF, como investidor institucional, tem papel ativo no desenvolvimento nacional.

A FUNCEF foi o primeiro fundo de pensão do país a aderir ao Código Stewardship, o qual reúne um conjunto de princípios e recomendações de governança para investidores institucionais.

5) Estrutura Societária da Holding e suas participações

A Statkraft Energias Renováveis S.A. é uma holding de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que possui uma matriz energética com capacidade instalada de 448 MW, compreendendo 22 ativos em operação.



Em 25 de outubro a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com a EDP - Energias do Brasil S.A. para adquirir um cluster de oito usinas hidrelétricas operacionais no estado do Espírito Santo, no Brasil. Pelo acordo celebrado, a Statkraft adquirirá 100% das ações detidas pela EDP – Energias do Brasil S.A. na EDP Pequenas

Centrais Hidroelétricas S.A., composta por sete usinas hidrelétricas, e na Santa Fé Energia S.A., totalizando 131,9 MW de capacidade instalada e 68,8 MW médios de garantia física, com prazo final de concessão entre 2025 e 2031, que correspondem à integralidade do capital social das companhias.

A transação está alinhada com a estratégia da Statkraft de desenvolver portfólios flexíveis de geração com aquisições seletivas em mercados priorizados. No Brasil, a ambição é crescer adquirindo e melhorando ativos em operação ou desenvolvendo nova capacidade de geração em energia hidrelétrica, eólica e solar.

Em 21 de dezembro de 2018 foi implementado o fechamento da operação referenciada no contrato de compra e venda de ações e outras avenças, resultando, portanto, na aquisição direta das ações referenciadas no parágrafo acima. O valor da aquisição acordado da Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas (anteriormente denominada EDP PCH) e Santa Fé Energia S.A. foi de R\$ 601 milhões, que foi composto de (i) R\$ 704 milhões, (ii) ajuste redutor do preço no montante de R\$ 89 milhões referente a dívida líquida e (iii) ajuste redutor de preço de R\$ 14 milhões, referente a ajuste de capital de giro.

Destaca-se que no exercício findo de 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido consolidado da Companhia não foi impactado pelos resultados das empresas adquiridas. A Companhia avaliou o resultado compreendido pelo período de 21 a 31 de dezembro de 2018 e não forma identificados impactos relevantes.

6) Governança corporativa

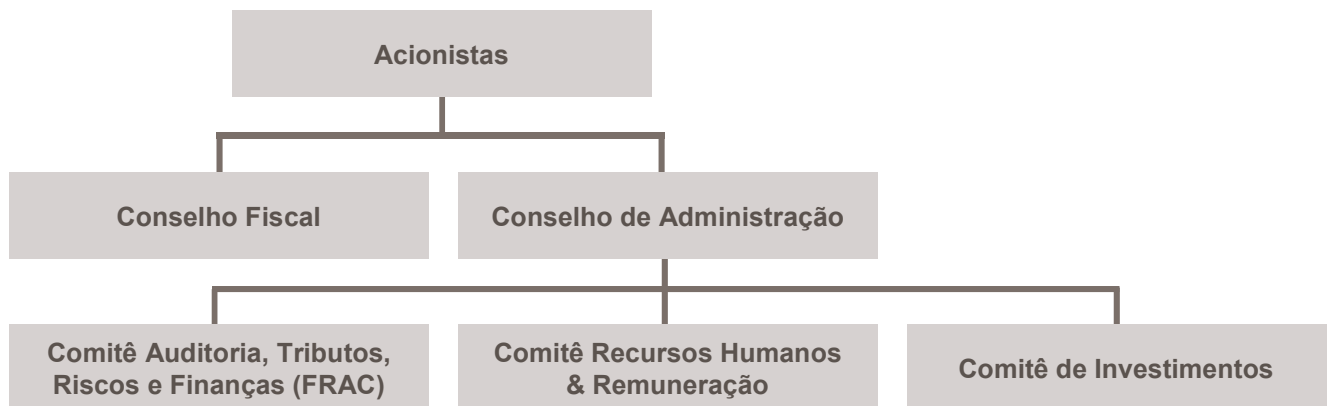
A Companhia adota elevado padrão de governança corporativa, em consonância com Companhias abertas e listadas, contando com Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento, Auditoria Externa, Área de Relações com Investidores e Área de Compliance com linha de reporte para a Matriz.

A governança corporativa da Statkraft Energias Renováveis S.A. está refletida nas suas práticas de gestão e em seu Estatuto Social, que tem como principais destaques a vedação ao registro de voto de representantes de partes relacionadas em reuniões de Conselho ou em Assembleias, sempre que a deliberação envolver potencial conflito de interesses, a adoção de Conselho Fiscal permanente e o capital Social composto exclusivamente por Ações Ordinárias. A Companhia também está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

Adicionalmente, através da celebração de Acordo de Acionistas, foram constituídos comitês de assessoramento à Administração. O objetivo dos comitês é auxiliar o Diretor Presidente e o Conselho de Administração, de forma a conferir rapidez, transparência e exatidão às decisões do Conselho de Administração. Os comitês também fornecem uma análise prévia dos assuntos relevantes para deliberação do Conselho de Administração.

Os comitês se reúnem periodicamente para discutir assuntos financeiros, estratégicos e operacionais levantados pelo Conselho de Administração, pela Administração Executiva ou por seus membros. Tais discussões resultam em recomendações formais para suportar as decisões, políticas e estratégias.

O organograma a seguir mostra a estrutura de governança da Statkraft Energias Renováveis S.A.:



AÇÕES DE COMPLIANCE

Nos últimos anos, esforços significativos têm sido feitos para construir um programa de *compliance* global forte, visando promover uma cultura ética e assegurar controles internos efetivos. O nosso Programa de Compliance é adaptado ao perfil de risco do Grupo Statkraft, orientado por padrões internacionais (incluindo o *UK Bribery Act*) e aplicado na Statkraft Energias Renováveis S.A. O Programa de Compliance abrange as seguintes áreas: Anticorrupção e Fraude, Lavagem de Dinheiro, Sanções Econômicas e Controle de Exportação, Proteção de Dados Pessoais e Direito da Concorrência.

A área de Compliance Corporativa é a força condutora para o trabalho de Compliance no Grupo Statkraft, sendo responsável pelo desenvolvimento de políticas e procedimentos, por assessorar e apoiar a sua implementação, e por todo *framework* de Compliance – análise de riscos de Compliance, avaliações de integridade de terceiros, treinamentos e comunicação, e monitoramento e avaliação contínuos. Esta unidade é independente das áreas de negócio e seu reporte é direto para a Matriz Global.

O nosso Código de Conduta e o Manual de Anticorrupção são um dos documentos mais importantes da área de Compliance. Eles não só estabelecem nosso compromisso fundamental com a integridade empresarial e as expectativas da gestão sobre os empregados da Statkraft, como também encoraja a discussão ativa e aberta sobre os desafios éticos. Estabelecem a nossa prioridade à integridade empresarial e dá suporte aos empregados. No último ano esforços importantes foram implementados na área de Compliance com treinamentos anticorrupção obrigatórios anuais que atingiram a marca de 100% dos empregados da Statkraft Energias Renováveis S.A. Os esforços de treinamento e comunicação são atividades contínuas do Programa de Compliance da Statkraft.

RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes. Até o momento não é possível estimar se haverá potenciais impactos negativos para a Companhia.

A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela ANIPA (Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$ 8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado como a avaliação de risco possível, e ilíquida.

Com relação ao Procedimento de Investigação Criminal nº 1.16.000.000993.2016-70 (“Operação Greenfield – caso FIP CEVIX”), conduzida pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal em Brasília/DF, foi reconhecida a

inexistência de qualquer relação dos fatos investigados com Statkraft Energias Renováveis S.A., sendo este procedimento encerrado em relação a esta em 25 de agosto de 2017, conforme decisão judicial.

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. As práticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes asseguram que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

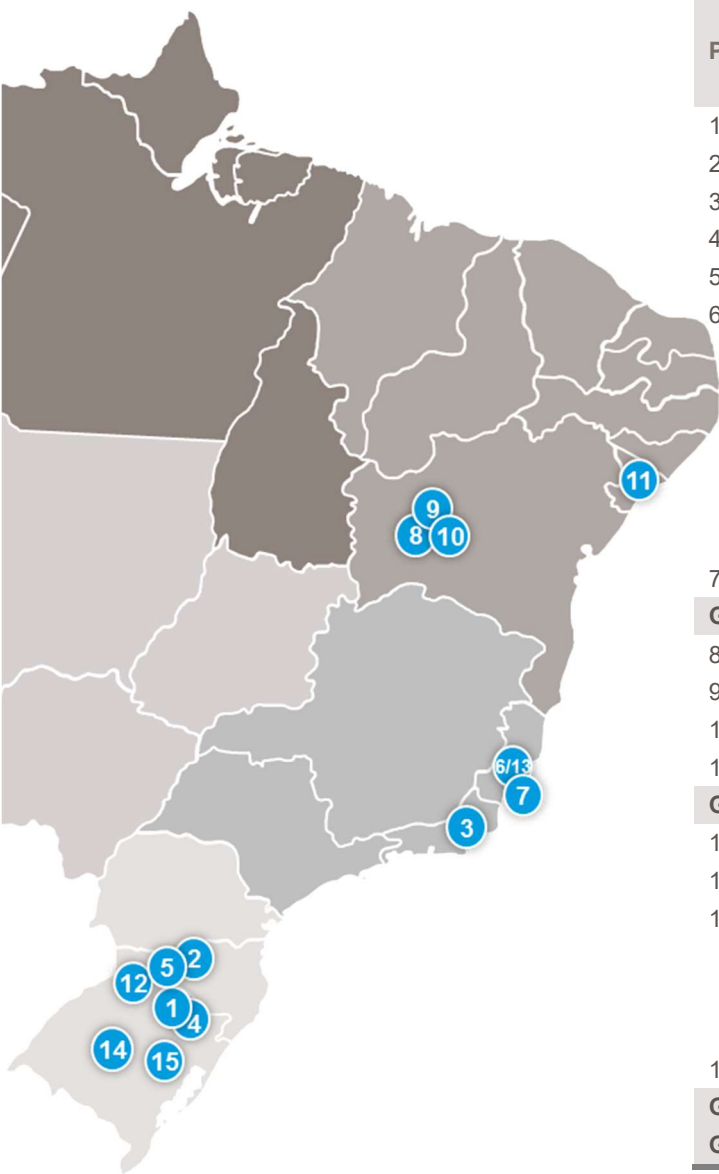
No período social findo em 31 de dezembro de 2018, a Deloitte prestou serviços de diligência financeira, fiscal e *compliance*, com honorários totais de R\$ 298 mil, excluindo despesas e impostos, representando 30% do valor da remuneração dos auditores para os trabalhos de auditoria independente da Companhia.

Na contratação destes serviços, as práticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A Deloitte declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

7) Empreendimentos em operação

Conforme quadro abaixo, a Companhia possui atualmente 22 empreendimentos em operação, com uma capacidade instalada própria de 448 MW.



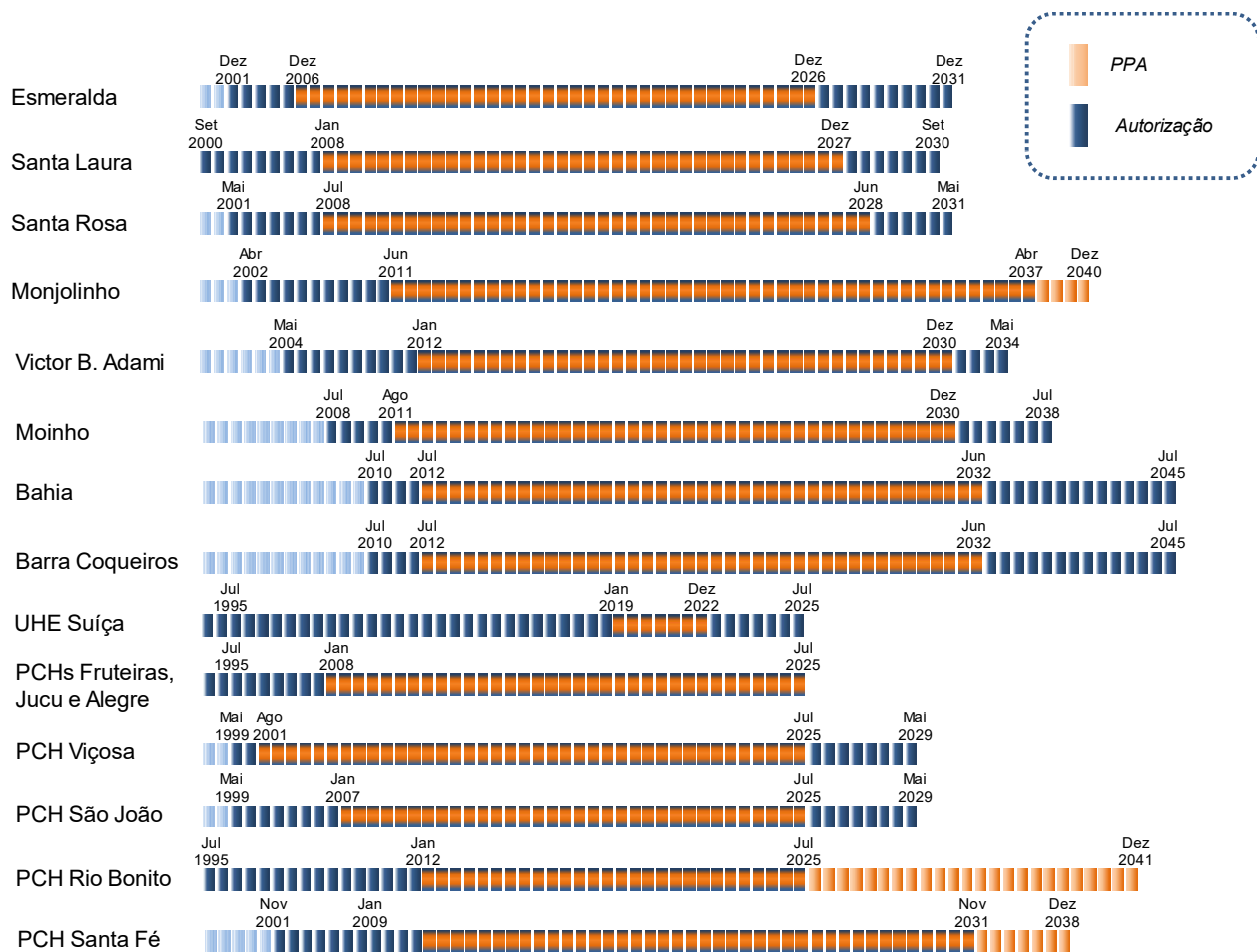
Planta	Participação Statkraft	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada Statkraft (MW)
1. PCH Esmeralda	100%	22,2	22,2
2. PCH Santa Laura	100%	15,0	15,0
3. PCH Santa Rosa II	100%	30,0	30,0
4. PCH Moinho	100%	13,7	13,7
5. PCH Passos Maia	50%	25,0	12,5
6. Tamar			
- PCH Viçosa	100%	4,5	4,5
- PCH São João	100%	25,0	25,0
- PCH Alegre	100%	2,1	2,1
- PCH Fruteiras	100%	8,7	8,7
- PCH Jucu	100%	4,8	4,8
- PCH Rio Bonito	100%	22,5	22,5
7. PCH Santa Fé	100%	29,0	29,0
Geração PCH		173,5	161,0
8. UEE Macaúbas	100%	35,07	35,07
9. UEE Seabra	100%	30,06	30,06
10. UEE Novo Horizonte	100%	30,06	30,06
11. UEE Barra dos Coqueiros	100%	34,5	34,5
Geração UEE		129,7	129,7
12. UHE Monjolinho	100%	74,0	74,0
13. Tamar – UHE Suíça	100%	33,9	33,9
14. CERAN			
- UHE Monte Claro	5%	130,0	6,5
- UHE Castro Alves	5%	130,0	6,5
- UHE 14 de Julho	5%	100,0	5,0
15. UHE Dona Francisca	2,12%	125,0	2,6
Geração UHE		621,9	157,5
Geração de Energia		925,1	448,2

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Comercializamos energia através de Contratos de Compra e Venda de Energia (PPA) de longo prazo. Esses PPAs são reajustados anualmente por inflação e firmados com clientes com sólida classificação de crédito, proporcionando fluxo de caixa previsível e crescente.

Parte relevante da garantia física dos nossos empreendimentos em operação está comercializada.

A figura a seguir demonstra a energia contratada pelas subsidiárias da Statkraft Energias Renováveis S.A. por concessão / autorização:



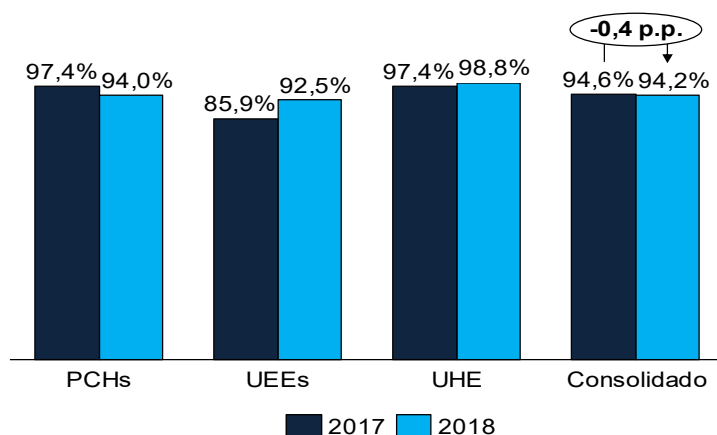
Em sinergia com a empresa comercializadora do Grupo Statkraft no Brasil, a Companhia desenvolve estratégias comerciais visando capturar as oportunidades de curto prazo com base no perfil do fornecimento da energia contratada, hidrologia e os preços do mercado.

DISPONIBILIDADE MÉDIA GERAL NO SISTEMA INTEGRADO NACIONAL

As usinas controladas e operadas integralmente pela Statkraft alcançaram índice de disponibilidade de 94,2% em 2018, redução de 0,4 p.p. em comparação ao ano anterior.

A pequena redução observada em 2018 deve-se a paradas não programadas nas PCH Santa Laura, Passos Maia e Esmeralda, tendo essas sido parcialmente compensadas por aumento na disponibilidade do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros em função de serviços de otimização realizados em 2017.

Disponibilidade Média Geral no Sistema Integrado Nacional
(%)



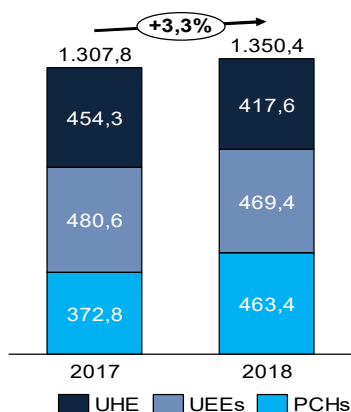
PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas controladas e operadas integralmente pela Statkraft foi de 1.350,4 MWh em 2018, apresentando aumento de 3,3% na comparação com o ano anterior.

Na comparação entre os períodos, contribuiu para o aumento da produção de energia elétrica (i) a maior afluência observada para as PCHs e (ii) a maior geração no Parque Eólico Barra dos Coqueiros em função do aumento de disponibilidade.

Tal efeito foi parcialmente compensado pela (iii) menor afluência observada na UHE Monel no 6M18 e (iv) menor disponibilidade no Parque Eólico da Bahia no 1T18.

Produção de Energia Elétrica
(MWh)

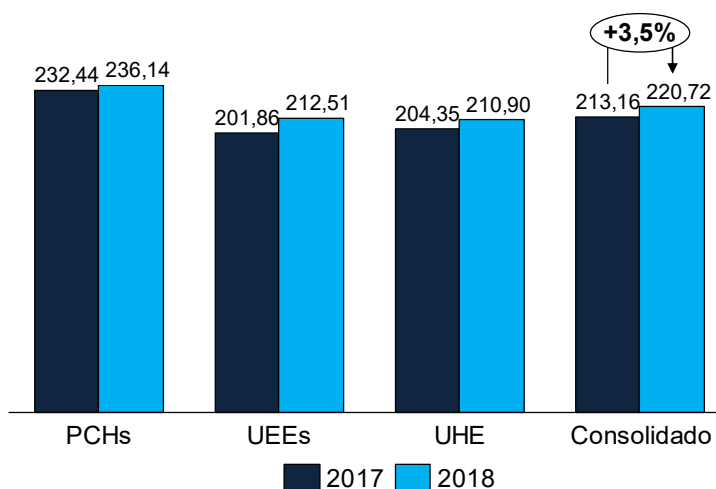


8) Desempenho econômico-financeiro

PREÇO LÍQUIDO MÉDIO DA ENERGIA COMERCIALIZADA

Em 2018 o preço líquido (após deduções de impostos do preço bruto) médio da energia comercializada foi de R\$ 220,72/MWh, aumento de 3,5% na comparação com o ano de 2017, quando o preço líquido médio foi de R\$ 213,16/MWh. O aumento no preço líquido médio da energia comercializada reflete os reajustes contratuais vinculados aos índices de inflação, conforme Contratos de Compra e Venda de Energia dos nossos empreendimentos, os quais são basicamente IPCA e IGP-M.

Preço Líquido Médio da Energia Comercializada* (R\$/MWh)



*ponderado pela energia comercializada do período.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2018 a receita operacional líquida somou R\$ 314,5 milhões, 1,2% maior do que a receita líquida apurada em 2017, quando o valor foi de R\$ 310,8 milhões. Tal variação justifica-se, principalmente, pela maior receita decorrente dos contratos de venda de energia (PPA) da Companhia, fruto do ajuste contratual dos preços do PPA.

Ressaltamos que o resultado líquido do efeito do MCP (Mercado de Curto Prazo) é conjunto com a linha de “Compra de Energia”, classificada no custo da energia vendida (abaixo demonstrada). A variação líquida no resultado do MCP deve-se, essencialmente, às variações nos custos com compra de energia, razão pela qual estão apresentadas abaixo, no grupo de custo. Para o portfólio da Companhia, as receitas com o MCP permaneceram estáveis na comparação entre os anos de 2018 e 2017.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2017	2018	Var %
Receita Líquida Total	310.808	314.546	1,2
Fornecimento de energia	307.301	313.516	2,0
- Contrato de energia de reserva – CER	96.596	97.670	1,1
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)	82.311	109.055	32,5
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	13.815	19.085	38,1
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	114.579	87.706	-23,5
Outros serviços	3.507	1.030	-70,6

Contrato de Energia de Reserva (CER)

O aumento de R\$ 1,1 milhão em 2018, equivalente a 1,1% comparado ao ano de 2017, é decorrente da maior geração advinda do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

O aumento de R\$ 26,7 milhões em 2018, equivalente a 32,5% comparado ao ano de 2017, é decorrente do impacto do Mercado de Curto Prazo (MCP).

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCH Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa.

Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)

O aumento de R\$ 5,3 milhões em 2018, comparado ao ano de 2017, é decorrente do efeito positivo advindo do Mercado de Curto Prazo.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho.

Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)

A redução de R\$ 26,9 milhões, comparado ao ano de 2017, é decorrente do impacto do Mercado de Curto Prazo (MCP).

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monel Monjolinho.

CUSTOS OPERACIONAIS

Em 2018 os custos operacionais somaram R\$ 141,6 milhões, representando redução de R\$ 36,0 milhões, equivalentes a 20,3% na comparação com o ano de 2017, quando o valor foi de R\$ 177,6 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custos Operacionais (R\$ mil)	2017	2018	Var %
Custo Total	183.070	141.655	-22,6
Custo do fornecimento de energia elétrica	169.656	137.346	-19,0
- Depreciação e amortização	58.951	64.760	9,9
- Encargos setoriais	10.221	9.465	-7,4
- Custo com compra de energia elétrica	88.384	48.977	-44,6
- Seguro regulatório	3.613	3.719	2,9
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	8.487	10.425	22,8
Custo dos serviços prestados	13.414	4.309	-67,9
- Outros serviços	13.414	4.309	-67,9

Depreciação e Amortização

A variação de 9,9% do custo com depreciação, na comparação entre os anos de 2018 e 2017, é decorrente da reavaliação da vida útil estimada dos ativos da Companhia. A cada emissão de demonstração financeira o grupo avalia se há indícios de mudanças da vida útil de seus ativos e, a cada três anos, é realizada uma revisão formal das estimativas, mesmo que não existam tais indicativos. Em setembro de 2017 a equipe técnica realizou mudança na estimativa de vida útil técnica dos ativos. Até então a vida útil contábil era considerada a definida pelo Manual de Ativos Fixos da ANEEL, limitado pelo período das concessões e/ou autorizações.

Na reavaliação efetuada em 2017 foram reconhecidos custos de desmobilização (usinas eólicas), além das alterações das estimativas de vida útil que segundo avaliação da equipe técnica serão depreciadas em período menor do que o estimado anteriormente.

Encargos Setoriais

A variação observada nessa rubrica deve-se, essencialmente, à adequação da classificação dos encargos entre Custo e Despesa.

Custo com Compra de Energia Elétrica

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica em 2017 exigiu atenção aos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF. O ano de 2018, da mesma forma, exigiu da Companhia iniciativas para mitigar o efeito hidrológico.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

Em 2018 o valor gasto com compra de energia elétrica somou R\$ 49,0 milhões, comparado ao valor de R\$ 88,4 milhões em 2017. Quando observamos o custo com a compra de energia do Mercado de Curto Prazo, líquido das receitas advindas do Mercado de Curto Prazo, o resultado de 2018 representou um custo líquido de R\$ 5,5 milhões, redução de R\$ 39,4 milhões na comparação com o ano de 2017, quando o custo líquido foi de R\$ 44,8 milhões.

Tais variações são decorrentes das alterações no cenário hidrológico e as ações acima descritas.

Seguro Regulatório

Amortização do ativo regulatório decorrente da adesão a MP 688, a qual trata da repactuação do risco hidrológico, para as PCH Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa. A variação em 2018, na comparação com 2017, dá-se pela correção monetária dos valores amortizados.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

Os outros custos de fornecimento de energia são compostos, essencialmente, por serviços contratados para as atividades de manutenção e operação dos ativos da Statkraft, bem como os seguros contra risco operacional e responsabilidade civil.

No ano de 2018 esta rubrica somou R\$ 10,4 milhões, representando aumento de R\$ 1,9 milhão na comparação com o ano de 2017, equivalentes a 22,8%. A variação observada deve-se, essencialmente, a reajuste contratual no contrato de operação e manutenção do Parque Eólico da Bahia.

Outros Serviços

A redução observada nesta linha, equivalente a R\$ 9,1 milhões na comparação entre os anos de 2018 e 2017, deve-se à redução do faturamento pela Controladora dos serviços administrativos prestados às empresas controladas pelo grupo. Essa redução está compensada pelo aumento observado na linha de “Despesas Gerais e Administrativas” tratando-se de classificação entre custos e despesas.

DESPESAS (RECEITAS) GERAIS

Em 2018 as despesas gerais somaram R\$ 60,7 milhões, representando redução de R\$ 41,8 milhões na comparação com o ano de 2017, equivalentes a 40,8%.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	2017	2018	Var %
Despesas Totais	102.542	60.736	-40,8
- Gerais e Administrativas totais	46.403	62.707	35,1
- Gerais e administrativas	36.239	41.086	13,4
- Remuneração dos administradores	6.792	6.524	-3,9
- Encargos setoriais	3.043	4.901	61,1
- Com estudos em desenvolvimento	329	10.196	-
- Outras despesas (receitas)	56.139	(1.971)	-103,5

Gerais e Administrativas

Em 2018 as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 41,1 milhões, representando aumento de R\$ 4,8 milhões, na comparação com o ano de 2017, quando atingiram R\$ 36,2 milhões. Este aumento deve-se, essencialmente, pela reclassificação dos gastos relacionados à prestação de serviços administrativo prestados às empresas controladas pelo grupo, agora apresentados líquidos das receitas na linha de “Custo dos Serviços Prestados – Outros Serviços”.

Remuneração dos Administradores

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Administradores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. Em 2018 os valores apurados foram de R\$ 6,5 milhões.

Encargos Setoriais

A variação observada nessa rubrica deve-se, essencialmente, à adequação da classificação dos encargos entre Custo e Despesa.

Estudos e Desenvolvimento

Em 2018 a Companhia incorreu em gastos com o desenvolvimento de negócios, em linha com o plano estratégico da Companhia.

Outras Despesas (Receitas)

A variação apurada deve-se a eventos não recorrentes apurados no exercício de 2017: (i) reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável dos ativos (R\$ 12,7 milhões) e (ii) condenações judiciais e outras provisões para riscos legais (R\$ 47,0 milhões). No exercício de 2018 o ganho observado deve-se ao recebimento de indenizações de seguro por lucros cessantes e danos materiais (R\$ 2,6 milhões) e reversão de provisões pré-operacionais (R\$ 1,4 milhão).

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em 2018 o resultado de participações societárias consolidadas totalizou ganho de R\$ 10,6 milhões.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Ganho (perda) proveniente participações societárias (R\$ mil)	2017	2018	Var %
- Equivalência patrimonial	(2.590)	5.682	319,4
- Dividendos auferidos	14.305	4.932	-65,5
Resultado de participações	11.715	10.614	-9,4

Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), que foi afetado positivamente pela estratégia adotada pela Companhia no intuito de mitigar os riscos advindos do cenário hidrológico.

Dividendos Auferidos

Composto pelos dividendos recebidos de CERAN (5%) e Donas Francisca (2,12%). Destaca-se que em 2017 houve redução de capital do CERAN.

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2018 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 26,2 milhões, redução de 24,6% na comparação com 2017, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 34,8 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2017	2018	Var %
Receitas financeiras	23.278	21.069	-9,5
- Com aplicações financeiras (i)	19.769	18.137	-8,3
- Variação monetária ativa	646	571	-11,6
- Outras receitas financeiras	2.863	2.361	-17,5
Despesas financeiras	(58.050)	(47.275)	-18,6
- Com financiamentos (ii)	(36.578)	(28.178)	-23,0
- Comissão de fiança e garantias	(325)	(103)	-68,3
- IOF, multa e juros sobre tributos	(2.454)	(1.622)	-33,9
- Variação monetária passiva	(229)	(233)	1,7
- Concessões a pagar e outras despesas (iii)	(5.986)	(13.601)	127,2
- Juros sobre contrato de mútuo (iv)	(11.168)	(1.658)	-85,2
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(2.101)	(1.017)	-51,6
- Outras despesas financeiras	791	(863)	-209,1
Resultado Financeiro	(34.772)	(26.206)	-24,6

Receitas Financeiras

Em 2018 as receitas financeiras atingiram R\$ 21,1 milhões, apresentando redução de R\$ 2,2 milhões, equivalente a 9,5% na comparação com o ano de 2017, quando atingiram R\$ 23,3 milhões. Tal variação é decorrente, principalmente, da redução do rendimento de aplicações financeiras em função da redução dos indexadores das aplicações (CDI).

Despesas Financeiras

Em 2018 as despesas financeiras atingiram R\$ 47,3 milhões, apresentando redução de R\$ 10,8 milhões, equivalente a 18,6% na comparação com o ano de 2017, quando atingiram R\$ 58,0 milhões. Contribuíram para a redução (ii) a menor capitalização de juros por conta do menor endividamento e (iv) o menor nível de juros sobre contrato de mútuo com a controladora, por conta da redução do CDI. Tal redução foi parcialmente compensada pelo (iii) aumento das despesas financeiras sobre concessão a pagar (UBP) em função da maior curva de IGP-M apurado no período.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Statkraft, assim como a controlada Monjolinho optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2018 o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo negativo de R\$ 22,1 milhões, compostos por IRPJ e CSLL no valor de R\$ 17,1 milhões e por IR e CS diferidos no valor de R\$ 5,0 milhões.

A variação equivalente a R\$ 31,4 milhões, na comparação com o ano de 2017, deve-se ao fato de que em 31 de março de 2017 as subsidiárias Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra Energética S.A. optaram pelo REFIS conforme

Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.687 de 2017, para liquidação de contingências fiscais reconhecidas em 2016.

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 2018 as operações descontinuadas somaram ganho de R\$ 0,2 milhão, representando o resultado da subsidiária Enex.

LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

Em 2018 foi registrado resultado líquido de R\$ 74,6 milhões, enquanto que em 2017 apuramos lucro de R\$ 8,4 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente, com destaque para os efeitos hidrológicos, tributários e judiciais.

Por entender que o resultado no período comparativo de 2017 apresentado foi impactado substancialmente por efeitos contábeis não recorrentes, que não fazem parte das atividades de operação da Statkraft Energias Renováveis, a Companhia divulga o **Lucro (Prejuízo) Líquido Gerencial**, que exclui os efeitos não recorrentes apurados no resultado da Companhia e que não possuem relação com suas operações.

Conciliação Lucro Líquido IFRS x Lucro Líquido gerencial	2017	2018
Lucro (prejuízo) líquido – IFRS	8.401	74.632
(+) Efeitos não recorrentes	48.074	-
<i>Impairment</i> controladas	12.754	-
Condenação judicial	38.600	-
Juros sobre contrato de mútuo	11.168	-
Provisão perda ativos financeiros	5.152	-
Utilização de prejuízos fiscais (REFIS)	(19.600)	-
Lucro (prejuízo) líquido - Gerencial	56.475	74.632

EBITDA E MARGEM EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA alcançou R\$ 187,3 milhões em 2018, apresentando um aumento de R\$ 78,1 milhões em relação ao ano de 2017, quando alcançou R\$ 109,2 milhões, em função dos efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA apresentou aumento de 24,1 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 35,4% para 59,5% da receita operacional líquida em 2017 e 2018.

EBITDA (R\$ mil)	2017	2018	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	8.401	74.432	786,0
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	(9.289)	22.131	338,2
(+) Despesas financeiras líquidas	34.772	26.206	-24,6
(+) Depreciação, amortização e <i>impairments</i>	72.332	64.760	-10,5
(+) Operação descontinuada	3.027	(200)	-106,6
EBITDA – ICVM nº 527	109.243	187.329	71,5
Receita Líquida	310.808	314.546	2,0
Margem EBITDA (%)	35,1	59,5	24,4 p.p.

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

9) Perfil do endividamento

A Companhia prioriza financiamentos de longo prazo, em moeda nacional, com custos competitivos, com o objetivo de fazer frente aos elevados investimentos requeridos na implantação dos seus projetos de geração de energia, na categoria *project finance* com receita e estrutura de garantias atreladas ao período da sua amortização.

Para suportar aquisições de ativos já em operação, a Companhia também poderá optar por financiamentos de médio prazo.

Em agosto de 2018 a Companhia realizou a liquidação antecipada do financiamento da subsidiária PCH Esmeralda. Tal iniciativa concluiu a sequência de eventos de desalavancagem, iniciados em dezembro de 2017 com a liquidação antecipada dos financiamentos das subsidiárias Santa Laura e Santa Rosa, todos utilizando-se de recursos próprios de caixa. Estas ações foram parte do plano de otimização da estrutura da capital da Companhia, que refletiu-se na melhora dos principais indicadores da Companhia, conforme observa-se abaixo.

Em dezembro de 2018, em linha com a aquisição da participação societária nos ativos Tamar e Santa Fé, a Companhia emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal de R\$ 1 mil e prazo de vencimento de 5 anos. Ainda, também em dezembro de 2018, a Companhia contratou um empréstimo ponte no valor de R\$ 30 milhões. Esse empréstimo de curto prazo possui vencimento em 20 de setembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018 a dívida líquida somava R\$ 301,9 milhões, cuja abertura é demonstrada na tabela abaixo.

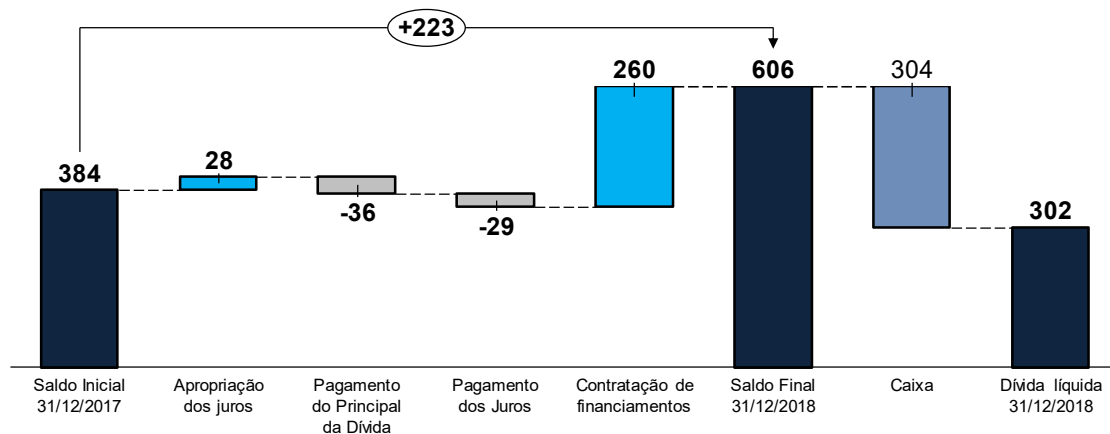
Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro 2017	31 de dezembro de 2018	Diferença nominal	Var. %
Endividamento	383.701	606.120	222.419	58,0
- Financiamento de obras - BNDES	152.503	130.814	-21.689	-14,2
- Financiamento de obras – BNB	231.198	218.104	-13.094	-5,7
- Debêntures 476 e outros	-	257.202	257.202	100
Caixa e aplicações financeiras	226.238	304.192	77.954	34,4
Dívida líquida	157.463	301.928	144.465	91,7
EBITDA (últimos 12 meses)	109.243	187.329	78.086	71,5
Dívida líquida / EBITDA	1,4	1,6	0,2	-

Alguns destaques do comportamento do endividamento a seguir:

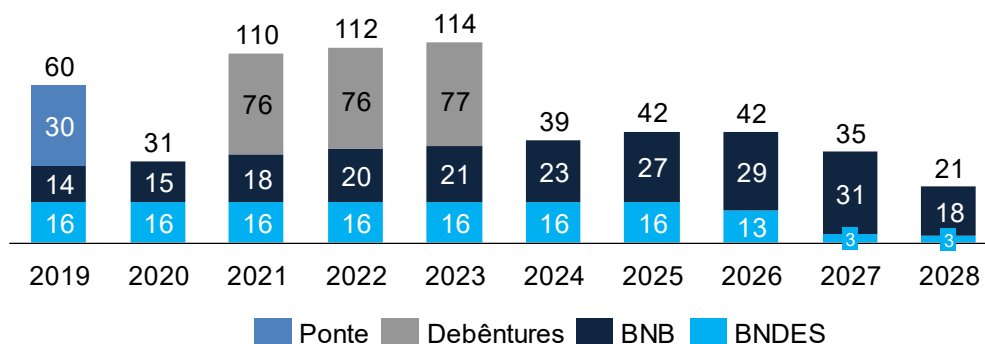
Endividamento: entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou aumento de 58% ou R\$ 222,4 milhões.

As movimentações que contribuíram para o aumento foram: (i) emissão de debêntures de R\$ 230 milhões, (ii) contratação de empréstimo ponte de R\$ 30 milhões e (iii) apropriação de encargos financeiros das parcelas a vencer no curto prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 28,2 milhões.

Por outro lado as movimentações que contribuíram para redução do saldo foram (v) a amortização de R\$ 185,6 milhões de principal (incluindo financiamento da empresa adquirida) e (vi) pagamento de R\$ 32,7 milhões de juros (incluindo financiamento da empresa adquirida).

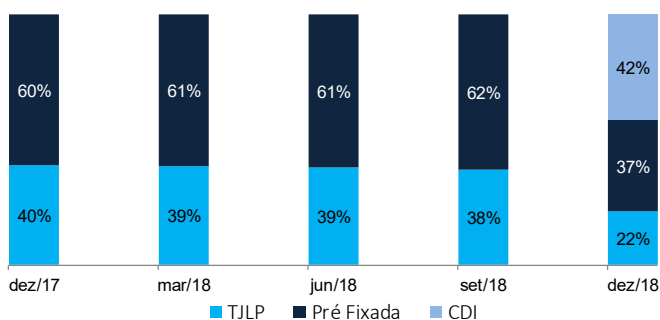


O cronograma de amortização do endividamento, conforme saldo de R\$ 606,1 milhões de 31 de dezembro de 2018, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):

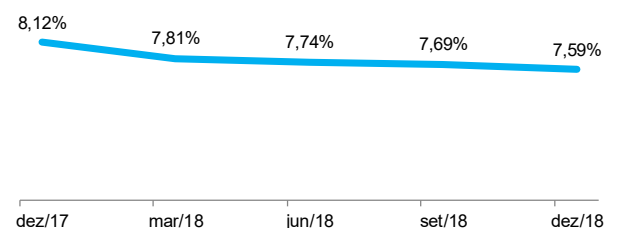


Em dezembro de 2018, a participação do dívida atrelada à TJLP era de 22%, representada pelos empréstimos do BNDES, ante a 37% da pré fixada, representada pela dívida junto ao BNB e empréstimos ponte, e 42% atrelada ao CDI, representada pelas debêntures.

Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador



Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária



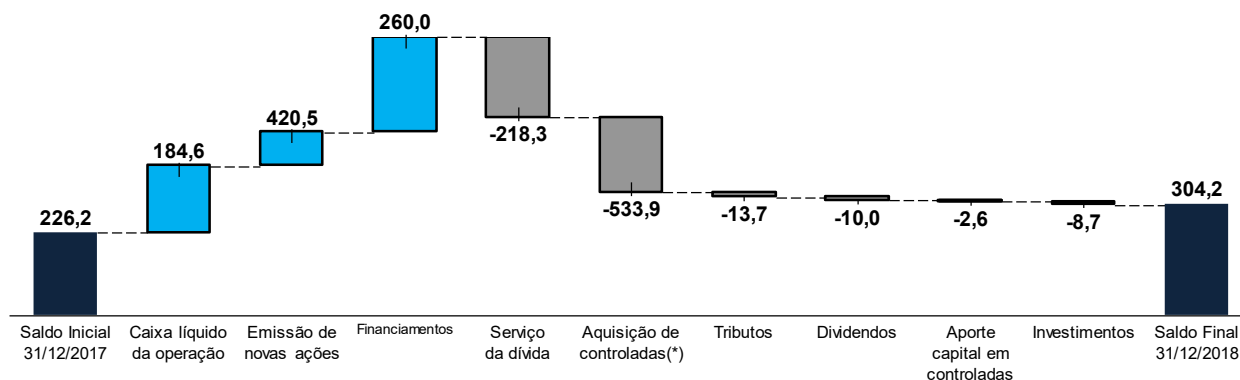
Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve aumento do saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 78,0 milhões.

As movimentações que contribuíram para o aumento foram: (i) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 184,6 milhões, (ii) recebimento pela emissão de novas ações no valor de R\$ 420,5 milhões e (iii) recebimento pela contratação de debêntures e empréstimo ponte no valor de R\$ 260 milhões.

Por outro lado, as movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) pagamento de juros e principal sobre financiamentos no valor de R\$ 218,3 milhões, incluindo resgate das debentures da EDP PCH, (ii) aquisição de

controladas (líquido do saldo de caixa obtido) no valor de R\$ 533,9 milhões, (iii) tributos pagos sobre o resultado, no valor de R\$ 13,7 milhões, (iv) dividendos pagos e recebidos, no valor líquido de R\$ 10,0 milhões, (v) aporte de capital na operação descontinuada Enex no montante de R\$ 2,6 milhões e (vi) investimentos realizados no valor de R\$ 8,7 milhões.

O saldo de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018 era composto principalmente (i) pelo saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo das subsidiárias e Statkraft, no valor de R\$ 261,2 milhões e (ii) pelo saldo de R\$ 43,0 milhões com aplicações financeiras restritas, constituídas por força dos contratos de financiamento de longo prazo.



10) Demonstrações financeiras consolidadas

BALANÇO PATRIMONIAL - Ativo:

Ativo (R\$ mil)	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	Var. %
Circulante	298.368	409.022	37,1
Caixa e equivalentes de caixa	183.324	261.171	42,5
Contas a receber	93.475	128.725	37,7
Dividendos a receber	5.495	1.350	-75,4
Tributos a recuperar	5.633	9.309	65,3
Almoxarifado	2.316	-	-100,0
Repactuação de risco hidrológico	3.731	3.049	-18,3
Outros ativos	4.394	5.418	23,3
Não Circulante	1.171.856	1.835.209	56,6
Aplicação financeira restrita	42.914	43.021	0,2
Contas a receber	27.756	33.064	19,1
Partes relacionadas	6.445	2.352	-63,5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.776	13.726	7,4
Repactuação de risco hidrológico	1.972	5.302	168,9
Outros ativos	651	2.534	289,2
Propriedades para Investimento	16.177	15.497	-4,2
Operações descontinuadas	-	1.896	-
Investimentos ao valor justo	63.416	48.686	-23,2
Investimentos	20.606	26.451	28,4
Imobilizado	926.704	1.468.449	58,5
Intangível	52.439	174.231	232,3
Total Ativo	1.470.224	2.244.231	52,6

▶ **BALANÇO PATRIMONIAL - Passivo:**

Passivo (R\$ mil)	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	Var. %
Circulante	232.748	317.022	36,2
Fornecedores	107.864	130.672	21,1
Financiamentos e debêntures	34.804	59.213	70,1
Partes relacionadas	53.331	52.909	-0,8
Concessões a pagar	8.655	10.421	20,4
Salários e encargos sociais	5.767	7.039	22,1
Tributos a recolher	9.090	7.840	-13,8
Imposto de renda e contribuição social	5.301	19.384	265,7
Dividendos a pagar	1.996	17.725	788,0
Outros passivos	5.940	11.819	99,0
Não Circulante	458.079	701.397	53,1
Financiamentos	348.897	546.907	56,8
Concessões a pagar	64.153	68.893	7,4
Tributos a recolher	1.013	1.207	19,2
Imposto de renda e contribuição social	855	1.018	19,1
Provisão para remoção de imobilizado	9.758	10.143	3,9
Provisão para perda em investimentos	903	-	-100,0
Provisão para contingências	23.307	20.814	-10,7
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	42.773	-
Outros passivos	9.193	9.642	4,9
Total Passivo	690.827	1.018.419	47,4
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora	779.390	1.225.805	57,3
Capital social	711.365	1.131.910	59,1
Reserva de lucro	21.736	57.327	163,7
Ajuste de avaliação patrimonial	46.289	36.568	-21,0
Participação dos não controladores	7	7	0,0
Total do passivo e patrimônio líquido	1.470.224	2.244.231	52,6

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – (R\$ MIL):

(R\$ mil)	2017	2018	Var %
Receita líquida	310.808	314.546	1,2
Custo do fornecimento de energia	(169.656)	(137.346)	-19,0
Custo dos serviços prestados	(13.414)	(4.309)	-45,9
Lucro bruto	127.738	172.891	35,3
Gerais e administrativas	(46.403)	(62.707)	27,2
Outras despesas	(56.139)	1.971	-103,5
Equivalência patrimonial	(2.590)	5.682	-319,4
Dividendos auferidos	14.305	4.932	-65,5
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	36.911	122.769	232,6
Resultado financeiro	(34.772)	(26.206)	-24,6
Despesas financeiras	(58.050)	(47.275)	-18,6
Receitas Financeiras	23.278	21.069	-9,5
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.139	96.563	4414,4
Imposto de renda e contribuição social	9.289	(22.131)	-338,2
Lucro proveniente das operações descontinuadas	(3.027)	200	106,6
Lucro líquido do período	8.401	74.632	788,4
Acionistas da Controladora	8.401	74.632	788,4
Participação de não controladores	-	-	

INFORMAÇÃO IMPORTANTE:

Este material inclui informações que se baseiam nas hipóteses e perspectivas atuais da administração da Companhia, que poderiam ocasionar variações materiais entre os resultados, performance e eventos futuros. Inúmeros fatores podem afetar as estimativas e suposições nas quais estas opiniões se baseiam, tais como condições gerais e econômicas no Brasil e outros países, condições do mercado financeiro, condições do mercado regulador e outros fatores.



STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 00.622.416/0001-41

NIRE nº 42.300.041.386

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Statkraft Energias Renováveis S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 07 de março de 2019, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras que acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido, o Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, bem como as Notas Explicativas relacionadas e o correspondente Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os exames das demonstrações financeiras citadas no parágrafo anterior foram complementados por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pela Administração da Companhia e Auditores Independentes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Assim, e com base no Relatório dos Auditores Independentes, emitido nesta data sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima estão adequadamente apresentados e opina, favoravelmente, ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas que os examinará.

Florianópolis-SC, 07 de março de 2019.

Paulo Andres Siqueira

Emanuela Roggia

Marcos Bett Pagani

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM n° 480/09

Fernando de Lapuerta Montoya, cidadão espanhol, casado, administrador de empresas, portador do Passaporte nº AAK142686, e inscrito no CPF/MF sob o nº 061.330.627-97, com endereço profissional na Av. Prefeito Osmar Cunha, nº 416, 10º andar, Edifício Koerich Empresarial Rio Branco, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88.015-100, na qualidade de Diretor Presidente na Statkraft Energias Renováveis S.A., instituição com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Av Prefeito Osmar Cunha, 416 8º andar, CEP 88015-100, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 00.622.416/0001-41 (“Companhia”), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Florianópolis, 08 de março de 2019.

Fernando de Lapuerta Montoya
Diretor Presidente